

**Paulo Monteiro**

# **O Massacre de Porongos & Outras Histórias Gaúchas**





Paulo Monteiro

# O Massacre de Porongos & Outras Histórias Gaúchas



Projeto  
**Passo Fundo**  
Ação & cultura

Passo Fundo  
2011



Paulo Monteiro

**O Massacre de Porongos**  
& Outras Histórias Gaúchas

Passo Fundo  
Projeto Passo Fundo  
2011

Projeto Passo Fundo

Página na internet: [www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br)

e-mail para contato: [projetopassofundo@gmail.com](mailto:projetopassofundo@gmail.com)

Livro no formato eletrônico /e-BOOK.

História. -Passo Fundo: Berthier, 2010. 125 p.; 21 cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

**[Creative Commons Atribuição-Compartilhual 3,0 Nao Adaptada.](#)**

Para ver uma cópia desta licença, visite:

[creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR) ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Capa: Arte de Everaldo Siqueira. Lanceiros farroupilhas (do quadro Carga de Cavalaria, de Guilherme Litran, acervo do Museu Júlio de Castilhos), sobre fotografia de Paula Tatsuia Machado Monteiro, retratando trecho da Rua Teixeira Soares, entre as ruas Paissandu e Uruguai, onde existia uma casa de Manoel José das Neves (Cabo Neves) que serviu de quartel às diversas forças imperiais e republicanas, que passaram por Passo Fundo, durante a Revolução Farroupilha

Revisado pelo Autor em: 15/09/2011

M775m Monteiro, Paulo

O massacre de Porongos & e outras histórias gaúchas  
[recurso eletrônico] / Paulo Monteiro. – Passo Fundo: Projeto Passo  
Fundo, 2011.

E-book (formato PDF).  
ISBN 978-85-64997-03-5

Modo de acesso: World Wide Web:  
<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Passo Fundo (RS) – História. 2. Rio Grande do Sul –  
História –Guerra dos Farrapos, 1835-1845. I. Título.

CDU: 981.65

Biblioteca responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

*À professora Zilka Neff Rosa, responsável pela publicação dos meus primeiros trabalhos literários e por iniciar-me no amor aos estudos históricos;*

*Ao cientista Gilberto Rocca da Cunha, modelo de intelectual e homem público, exemplo de generosidade;*

*À memória do historiador Rodrigo Pimentel, que optou por deixar de fazer história para entrar na História;*



## **Introdução**

Quando o administrador do Projeto Passo Fundo convidou-me para publicar o livro eu resisti também cantando, com poemas inéditos, contra- argumentei propondo a edição de uma coletânea de artigos sobre temas históricos e culturais. Assim surgiu este O Massacre de Porongos e Outras Histórias Gaúchas.

Os textos são praticamente os mesmos dados à letra de forma orinalmente na imprensa, e depois divulgados em diversos sítios da Internet. Para a reunião em volume, porém, aprimorei as referências bibliográficas, procurando favorecer os leitores que desejarem se aprofundar nos temas tratados.

Agradeço a Saul Spinelli, diretor do extinto jornal O Cidadão, às jornalistas Geneci Carlot de Quadros e Joice Carlot, responsáveis pelo Jornal Rotta, à direção e colegas da Fundação Cultural Planalto, em particular da Revista Somando, aos sítios Projeto Passo Fundo, Luso Poemas, World Art Friends, Café História, O Melhor da Web, Verso e Prosa e tantos outros que acolhem meus escritos.

O caráter jornalístico, que não quer dizer apressado, é responsável por algumas repetições ao longo deste livro. A História é uma corrente de fatos, e não um fio retilíneo.

Tenho dito à saciedade: sou, fundamentalmente, um publicista, o que, no melhor vernáculo, significa aquele tipo de escritor que alguns tradutores versam “intelectuais públicos”. Escrevo para ser lido – e entendido. E com os clássicos da Língua Portuguesa aprendi que se pontua como se fala porque a fala é anterior à escrita.

Escrever, para mim, é um ato vital.

Defensor da escrita fonética, optei por não seguir as recentes alterações ortográficas.

Como afirmou recentemente o ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal: “Há quem chegue às maiores alturas só para fazer as maiores baixezas”. Por isso é que sigo a lição do velho Jules Michelet: “O historiador, que é o juiz do mundo, tem por primeira obrigação perder o respeito...”

Não sou condescendente com as baixezas daqueles que chegam às alturas. A maioria dos historiadores, em especial os que escrevem sobre a história local e regional, não passam de ficcionistas incapazes de compor uma quadrinha de pé quebrado. Há pessoas que, pensando serem historia- dores, entoam loas aos abutres.

Paulo Monteiro

## Sumário

Introdução .....	9
Sumário.....	11
001 O Massacre de Porongos e a Capitulação de Ponche Verde.....	13
002 As Origens da Revolução Farroupilha.....	33
003 Revolução Farroupilha: História e Invencionice .....	38
004 Federalistas, pica-paus, libertadores e chimangos .....	45
005 O número de mortos na Batalha do Pulador .....	50
006 As Metralhadoras e os Quadrados do Pulador .....	56
007 A Importância Histórica da Batalha do Pulador.....	58
008 O homem que deflagrou a Revolução Federalista .....	61
009 Prestes Guimarães, um General à Espera de um Biógrafo .....	67
010 A Primeira Santa Popular Passo-fundense .....	74
011 A História da Caudilhagem Gaúcha é uma Sucessão de Roubos, Latrocínios, Estupros e Massacres.....	77
012 A Violência Contra a Mulher Durante a Revolução Federalista .....	79
013 Revolução Federalista: uma guerra pelas tetas do Estado.....	83
014 Sertões de Canudos, Sertões de Passo Fundo .....	86
016 A Tradição do Gaúcho Maula .....	93
017 O General Grosso e Lord Acton .....	98
018 Poesia Gauchesca - um Gênero Escrito com Sangue.....	101
019 Os Gaúchos de Charles Darwin .....	107



## **001 O Massacre de Porongos e a Capitulação de Ponche Verde**

A PASSAGEM, NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2004, DO 160º ANIVERSÁRIO DO COMBATE DOS PORONGOS E A PROXIMIDADE DE MAIS UM DECÊNIO DO FINAL DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA, DESPERTAM A ATENÇÃO DO PÚBLICO. ADEMAIS, PROVOCAM DISCUSSÕES ENTRE PESQUISADORES E INTERESSADOS NO ASSUNTO. A PROPÓSITO, O HISTORIADOR MOACYR FLORES, AUTOR DE DIVERSAS OBRAS SOBRE AQUELE PERÍODO E UM DOS RESPONSÁVEIS PELA PUBLICAÇÃO DE MILHARES DE DOCUMENTOS CONHECIDOS COMO COLEÇÃO VARELA (CV), DEU A LUME O LIVRO "NEGROS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA - TRAIÇÃO EM PORONGOS E FARSA EM PONCHE VERDE" (EST, PORTO ALEGRE, 2004), RESUMINDO A VISÃO OBJETIVA SOBRE AQUELES DOIS EPISÓDIOS UMBILICALMENTE LIGADOS.

O texto abaixo, é, em essência, o que foi publicado no Jornal Rotta/Jornal Cidade, de Passo Fundo, ANO 6 - II FASE - Nº 104, de 15 a 30 de novembro de 2004, sob o título de "Massacre em Porongos e Capitulação em Ponche Verde". Nele, compulsando e confrontando documentos sobre aquele período histórico, aproveitei a oportunidade para divulgar um dos fatos mais vergonhosos da História do Rio Grande do Sul e da Revolução Farroupilha.

O historiador português José Caldas, em "História de um Fogo Morto" (Livraria Chardron. Porto, 1903), escrevendo sobre Vianna, cidade

onde nasceu, dedicou longos parágrafos sobre a mitificação historiográfica. É-me impossível resistir à tentação de transcrever alguns deles.

Eis como abre o livro:

"Não conhecermos a nossa própria história é de bárbaro; conhecê-la, porém, viciada, tecida de burlas e de piedosas fraudes, é pior. Por que, no primeiro caso, com não sabermos quem somos, nem nos dizerem donde viemos, essa mesma ignorância obstará a que perpetrarmos muitos desconcertos; ao passo que se laborarmos no vício de uma falsa informação, daremos, muitas vezes, com a memória das fábulas que nos tiverem ensinado, razão sobeja e justificada a que se riam de nós.

Desde a antigüidade clássica, que a história dos povos, como resenha biográfica de dominadores vaidosos, que tentam impor à posteridade o último eco do seu orgulho insolente, é uma conspiração, já dizia José de Maistre, da mentira contra a verdade dos sucessos. Quase não há história de povos; há história de reis. Como o poder, ainda o mais detestado, é sempre munífico, nunca faltam nem aos maiores heróis nem aos mais odiosos déspotas, quem lhes exagerasse ou inventasse os merecimentos".

A história de Passo Fundo, do Rio Grande do Sul e do Brasil, tem sido, exatamente aquilo que José Caldas, há mais de um século, percorrendo os textos históricos desde os gregos até os autores mais recentes, encontraria em muitos deles: "uma conspiração da mentira contra a verdade dos sucessos".

Dois desses casos de "conspiração" ligam-se umbilicalmente: o massacre de Porongos e a capitulação de Ponche Verde, acertados entre o "efeminado maricas" David Canabarro e o Barão de Caxias, através dos puxa-sacos de ambos os dois generais.

No Rio Grande do Sul, salvo raras e honrosas exceções, os homens que escreveram e continuam escrevendo "nossa história" têm sido meros lambe-botas de estancieiros e generais.

Por isso, mais do que nunca, é urgente que se divulgue os fatos como eles verdadeiramente ocorreram. Ainda que correndo os riscos corridos por Domingos José de Almeida, o primeiro que tentou escrever uma história da Revolução Rio-Grandense de 1835.

Estes - e outros - despreziosos trabalhos que venho publicando nos últimos tempos, prendem-se, visceralmente, a essa urgência urgentíssima.

Passo Fundo, RS, 10 de outubro de 2005.

O Combate dos Porongos - O Combate dos Porongos é um dos fatos mais controversos da História do Rio Grande do Sul. Nele a força imperial comandada pelo coronel Francisco Pedro de Abreu, conhecido como Chico Pedro, Moringue ou Fuinha, caiu sobre o 1º Corpo de Lanceiros de Linha, constituído quase exclusivamente por negros comandados pelo coronel Joaquim Teixeira Nunes. Também a infantaria foi atacada, após ter entregue, na véspera, o cartuchame por ordem do próprio general Davi Canabarro, comandante máximo das forças farroupilhas.

Há uma carta de Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, que presidia a província e comandava as forças do Império em operações no

Rio Grande do Sul, ordenando Chico Pedro quanto à hora em que o acampamento dos Porongos deveria ser atacado, poupando-se "sangue brasileiro e quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro" (Anexos 3.1 e 3.2). É contestada por historiadores que apresentam uma visão mítica dos comandantes e combatentes farroupilhas, assegurando ter sido esse documento forjado por Moringue. A ordem de Caxias sempre foi considerada verdadeira por homens como Manuel Alves da Silva Caldeira, responsável pela condução do estandarte do 1º Corpo de Lanceiros de Linha, e Domingos José de Almeida, que chegou a ministro da Fazenda da República Rio-Grandense.

Manuel Alves da Silva Caldeira, que serviu quase toda a revolução no 1º Corpo de Lanceiros de Linha, deixou longos relatórios sobre o movimento armado, contestando autores de trabalhos históricos como Tristão de Alencar Araripe, Assis Brasil e Alfredo Ferreira Rodrigues. É o que consta de uma carta dirigida ao historiador Alfredo Varela, conforme passagem transcrita por Moacyr Flores (Op. Cit., págs. 57 e 58): "Araripe diz que Canabarro foi surpreendido nos Porongos. Assis Brasil, navegando nas águas do batel do Araripe, diz o mesmo, e o Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues também segue a opinião, deles, inocentando Canabarro pela traição que fez em Porongos. Forjem os documentos que quiserem para defender Canabarro que não conseguirão salvá-lo (CV3102)". Domingos José de Almeida coletou ampla documentação, pois pretendia escrever uma História da República Rio-Grandense. Deixou declaração confirmando ter visto a ordem de Caxias para que os lanceiros negros fossem massacrados, atestando sua autenticidade visto que reconhecia a letra de quem escrevia os atos oficiais e a assinatura do comandante legalista.

Na correspondência de Domingos José de Almeida, solicitando informações e papéis referentes à Revolução Farroupilha, insistia no pedido de dados sobre o "negócio dos Porongos", referindo-se aos episódios antes, durante e depois do ataque.

Desde que sua intenção de escrever a História da República Rio-Grandense tornou-se pública passou a sofrer oposição de todos os lados, inclusive ameaças de morte. E os empecilhos para que não publicasse a obra se deviam fundamentalmente ao "negócio dos Porongos" . Por isso, após referências ao combate termina uma carta ao tenente-coronel Manuel Antunes da Porciúncula nestes termos:

"Eis meu Antunes porque não querem que eu escreva essa História: e eu estarei livre de algum assassinato! O futuro o dirá!

Adeus:

recomenda-me à Sra., nosso velho F. e amigos".

Almeida não escreveu sua História, mas deixou grande número de documentos indispensáveis para a reconstrução daquele período. Suas pesquisas levariam à revelação de fatos de tal gravidade que o faziam temer pela própria vida.

Domingos José de Almeida estava convicto de que houve um "negócio" (portanto um acerto, um acordo entre Caxias e Canabarro) para eliminar os negros que integravam as forças farroupilhas.

Moacyr Flores (Idem, págs. 71 e 72) conta que Bento Gonçalves manteve encontros e troca de correspondência com Caxias sobre a pacificação do Rio Grande. "A maior dificuldade - escreve o historiador - eram as exigências de Bento Gonçalves que não concordava com os termos das instruções". As restrições do general farroupilha eram especialmente quanto à quinta cláusula, ao estabelecer que "Os escravos que fizerem parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos a esta Corte à disposição do governo Imperial, que lhes dará conveniente destino". Por isso, os prisioneiros de Porongos foram levados para o Rio de Janeiro.

Uma das missivas de Bento Gonçalves foi interceptada pelo grupo de Davi Canabarro, de cujo núcleo central também faziam parte José Gomes de Vasconcelos Jardim, então presidente da República, os ministros Manuel Lucas de Oliveira e Pe. Chagas e Antônio Vicente da Fontoura. Este, que estava no acampamento dos Porongos, partiria, no dia seguinte ao combate, para o Rio de Janeiro, onde foi negociar um acordo de paz com o governo imperial.

Moacyr Flores lembra (Ibidem, p. 57) que, em 1842, no Alegrete, foi organizada uma sociedade secreta para tratar da pacificação do Rio Grande. Membros dessa organização, como Davi Canabarro, aceitavam a paz nos termos propostos pelo Império. Bento Gonçalves da Silva, que julgava humilhantes as condições oficiais, ao obrigarem os farroupilhas à solicitação de anistia e à entrega dos soldados negros, não concordava com elas. Para apressar o fim da Revolução o grupo de Canabarro acertou , com Caxias, a "traição (...) em Porongos".

O Brasil dependia da economia escravista. Assumir a libertação pura e simples dos escravos que lutaram sob o governo da República Rio-Grandense - e até mesmo reconhecer a existência desse governo - era negar a essência do próprio regime brasileiro, abrindo um precedente perigoso. Qualquer insurreição teria facilidades em reunir um exército, bastava acenar com a libertação dos escravos que a seguissem. Depois, o que fazer com os negros libertos? Tanto poderiam tornar-se um exército mercenário a serviço das repúblicas platinas quanto fortalecerem os pequenos quilombos espalhados pelas serras rio-grandenses. E se esses negros se unissem aos caigangues, que não gostavam do governo dos brancos?

A única solução prática e imediata, tanto para o governo do Império quanto para os escravistas gaúchos, era o que aconteceu em Porongos: eliminar os farroupilhas negros.

Antônio Vicente da Fontoura era racista. E racistas eram a maioria dos oficiais que se submetiam ao comando de Canabarro. Legou-nos um

precioso documento sobre o período, inclusive sob a vida íntima de alguns altos dignitários farrapos. É intitulado "Diário" (EDUCS/SULINA/MARTINS, 1984). Nele está documentada a homossexualidade de David Canabarro.

A Capitulação de Ponche Verde - Quando aconteceu o "negócio dos Porongos" as forças farroupilhas estavam isoladas entre si. Os comandantes apresentavam sérias divergências pessoais. Caxias tinha o controle completo da situação. Tanto que Canabarro pediu permissão para reunir e aquartelar suas forças em Ponche Verde.

Bento Gonçalves da Silva, a 6 de março de 1845, define o exército de Canabarro como "massa sem governo, sem ordem nem disciplina". E, referindo-se à política do governo republicano rio-grandense, acrescenta que "O resultado de tanta asneira foi ser batida vergonhosamente aquela massa desordenada e por fim termos uma paz que só conseguimos alguma vantagem pela generosidade do barão, deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente bem por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que os designaram, nos fez o que não podíamos já esperar, salvando assim em grande parte nossa dignidade". (Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva, p. 259, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Porto Alegre, 1985).

Uma vez enfraquecidas as principais forças de resistência farroupilha, os lanceiros negros e "os infantes desarmados por ordem de Canabarro e mortos pelos soldados do coronel Abreu", como escreve Moacyr Flores (Op. Cit., p. 61), presos ou mortos os dissidentes como é o caso de Joaquim Teixeira Nunes, possivelmente entregue pelos próprios companheiros, ou isolados como Bento Gonçalves, estava aberto o caminho para que as exigências da Corte fossem aceitas.

Para tanto, foi montada uma verdadeira conspiração de silêncio, ocultando-se ou desmoralizando documentos importantes para o entendimento dos fatos. Em termos de desmoralização, o centro é a ordem de Caxias para que Chico Pedro atacasse o acampamento dos Porongos

(Anexos 3.1 e 3.2). Canabarro foi adredemente avisado de que seria atacado por Moringue e zombou das advertências. Poucas horas antes do combate mandou retirar as munições da infantaria, ordenou a retirada de parte do seu arquivo e a permanência de outra junto com sua amante, a Papagaia, e do médico com quem era casada.

Se alguém poderia colocar em dúvida a autenticidade dessa ordem não há mais motivos para isso desde que ela passou a fazer parte de publicações patrocinadas pelo Exército Brasileiro com "Ofícios do Barão de Caxias de 1842 a 1845" (Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1950, págs. 148-149). Se até uma editora oficial acolhe como verdadeira a ordem para que, preferencialmente, os negros fossem mortos, é inadmissível que alguém continue advogando sua falsidade.

Moacyr Flores (Idem, p. 72 e seguintes) cita diversos documentos de Caxias comprovando que os farroupilhas, através de Antônio Vicente da Fontoura, pediram-lhe permissão para se reunirem e que ele lhes autorizou que isso acontecesse na Estância dos Cunhas, em Ponche Verde. Ordenou que Moringue continuasse a perseguição aos rebeldes, menos em Ponche Verde. Mandou que o comandante militar de Piratini vigiasse Bento Gonçalves.

A ata de paz (Anexo 3.4) foi assinada, apenas por oficiais farroupilhas, a 25 de fevereiro de 1845. No mesmo dia Manuel Lucas de Oliveira, ministro e secretário dos negócios da Guerra dos farroupilhas, encaminhava a ata a Caxias, acompanhada de ofício que rezava textualmente: "Só falta Exmo. Sr. para decisão definitiva do transcendente objeto que V. Exa. se digne transmitir as autênticas concessões do Governo Imperial para serem públicas (...)" (Henrique O. Wiederspahn, "O Convênio de Ponche Verde", EST/SULINA/UCS, 1980, p. 99).

"Caxias não respondeu e nem publicou os termos da paz", conclui Moacyr Flores (Op. Cit., p. 75). Apenas expediu uma proclamação, com data de 1o. de março de 1845, anunciando a pacificação e a anistia, esta nos termos do Decreto Imperial de 18 de dezembro de 1844 (Anexo 3.8,

conferir com 3.3). Esse decreto desapareceu dos arquivos oficiais, como nota Edna Gondin de Freitas, chefe da Seção de Legislação Brasileira da Câmara dos Deputados, na apresentação da coletânea "Anistia; Legislação Brasileira, 1822-1879" (Câmara dos Deputados, Brasília, 1980). Sobrou, porém, uma cópia desse decreto (Anexo 3.6), preservada por Domingos José de Almeida (Coleção Varela no. 2178).

Durante muito tempo os farroupilhas apresentaram como o "Tratado de Ponche Verde", um documento assinado por Antônio Vicente da Fontoura.

Segundo Henrique O. Wiederspahn (Op. Cit., págs. 11 e 12) Caxias modificou o documento elaborado pelos farroupilhas (Anexo 3.5).

Em 1880 Tristão de Alencar Araripe divulgou um texto bastante diferente das versões elaboradas pelos revolucionários e Conde de Caxias, conforme se vê na edição fac-símile de seu livro "Guerra Civil no Rio Grande do Sul" (Corag, Porto Alegre, 1986, p. 178).

Como notam os historiadores, há divergências entre essas três versões do acordo, especialmente com a que Tristão de Alencar Araripe pôs em circulação. As diversas solicitações feitas, inclusive por próceres farroupilhas, de indenização por seus escravos que serviram nas forças republicanas comprovam que, de fato, vigoraram os termos recolhidos pelo historiador cearense.

Para colocar a história dentro da terminologia contemporânea, no dia 14 de novembro de 1844, no Cerro dos Porongos, próximo à atual cidade de Pinheiro Machado, aconteceu um massacre. Deliberadamente, o Império Brasileiro, através do general Luis Alves de Lima e Silva, e a República Rio-Grandense, por intermédio de seu presidente, José Gomes de Vasconcelos Jardim, do comandante das forças farroupilhas, Davi Canabarro, e outros líderes do movimento, promoveram a matança dos negros que integravam o 1o. Corpo de Lanceiros de Linha, e de infantess, que receberam ordem de entregar as munições, e que formavam as frações mais combativas das forças revolucionárias. Com isso,

apressavam o fim do movimento armado e eliminavam o maior empecilho à paz: a libertação dos soldados negros. Mais de uma centena deles pereceram no confronto e muitos mais foram remetidos à Corte, como "escravos da Nação", sendo empregados em serviços do governo ou vendidos para os escravagistas.

Os caudilhos farroupilhas, que integravam uma sociedade secreta, aceitaram as condições impostas pelo Império. Para tanto, fizeram passar como tratado de paz uma convenção por eles inventada. Contribuíram para a morte de líderes que não concordavam com as imposições imperiais, como o coronel Joaquim Teixeira Nunes, e o isolamento de outros. Bento Gonçalves da Silva foi colocado à margem dos acontecimentos, e o general Antônio de Souza Neto exilou-se no Uruguai.

Diga-se, a bem da verdade, que Neto levou consigo duas centenas de negros, que lutavam sob seu comando. Republicano convicto, com certeza temia que seus soldados negros fossem reduzidos à escravidão ou massacrados. Nessa época o Uruguai já havia abolido a escravatura.

Moacyr Flores é até eufêmico ao aplicar os termos "traição" para o que aconteceu no Cerro dos Porongos e "farsa" para o ocorrido em Ponche Verde. Na verdade, houve massacre num lugar e capitulação pura e simples em outro.

No momento em que a discussão sobre "o negócio dos Porongos" ganha as ruas, a leitura do mais novo livro de Moacyr Flores é muito importante. Importante, ainda, é lembrar o que ele escreve à página 16: "Atualmente, a sugestão de que os negros tenham garantido 20% das vagas em universidades é mais uma medida demagógica e discriminatória, atribuindo ao negro uma incapacidade de competir com as demais etnias. Por que não fornecer bolsas de estudos para alunos carentes, a fim de que se preparem melhor para prestar vestibular?"

Documentos Anexados

### 3.1- Carta de Caxias para atacar Porongos

Reservado - Sr. Cel. Francisco Pedro de Abreu, Com. Da 8ª Brigada do Exército - Regule V. S. suas marchas de maneira que no dia 14, às duas horas da madrugada possa atacar as forças a mando de Canabarro, que estará nesse dia no Serro dos Porongos. Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento de dia, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. Suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja, inclinndo-se sempre sobre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter as suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro o quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. A relação junta é das pessoas a quem deve dar escápula, se por casualidade caírem prisioneiras. Não receia a infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um ministro de seu general-em-chefe para entregar o cartuchame sob o pretexto de desconfiarem dela. Se Canabarro ou Lucas forem prisioneiros deve dar-lhes escápula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem, que não sejam presos, pois V.S. bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio, que nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província. Se por acaso cair prisioneiro um cirurgião ou um boticário de Santa Catarina, casado, não lhe registre a sua bagagem, nem consinta que ninguém lhe toque, pois com ela deve estar a de Canabarro. Se por fatalidade, não puder alcançar o lugar que lhe indico, no dia 14, às horas marcadas, deverá desferir o ataque para o dia 15 às mesmas horas, ficando certo de que, neste caso, o acampamento estará mudado um quarto de légua, mais ou menos por essas imediações em que estiveram no dia 14. Se o portador chegar a tempo de que esta importante empresa possa se efetuar, V.S. lhe dará seis onças, pois ele promete-me entregar em suas mãos este ofício até às 4 horas da tarde do dia 11 do corrente.

Além de tudo quanto lhe digo nesta ocasião, já V. S. deverá estar bem ao fato do Estado das coisas pelo meu ofício de 28 de outubro e, por isso, julgo que o bote será aproveitado desta vez. Todo o segredo e circunspeção é indispensável nesta ocasião, e eu confio no seu zelo e discernimento que não abusará deste importante segredo. Deus Guarde a V. S. Quartel-General da Província e Com.-em-Chefe do Exército, em marcha nas imediações de Bagé, 9 de novembro de 1844 - Barão de Caxias.

Apenso - NOTA IMPORTANTE DO COPIADOR, à p. 148 desta coletânea de ofícios de Caxias: Este ofício deve ser criteriosamente analisado. Há quem tenha suas dúvidas a respeito de sua autenticidade. No Livro 171 do Museu do Estado, ele está deslocado, isto é, foi copiado na última página do mesmo, pág. 249, enquanto o ofício que trata da parte do combate dos Porongos está na pág. 206. O Ofício a que se refere Caxias, de 28 de outubro, contendo o mesmo assunto, não foi possível descobrir. Esse ofício talvez elucidasse o assunto. Vide o que diz a propósito Alfredo Ferreira Rodrigues no Almanaque do Rio Grande do Sul de 1901. A defesa de A. F. Rodrigues de Canabarro me parece fraca. Julgo o documento legítimo, pois Francisco Pedro não teria nenhuma conveniência em divulgar um documento que lhe tiraria todas as honras de uma estrondosa vitória, como foi julgada a surpresa dos Porongos.

### 3.2 - Carta de Chico Pedro sobre o Ataque a Porongos

1° - Ofício do Ten.-Cel. Francisco Pedro de Abreu ao Barão de Caxias, datado do campo de Porongos, de 14.11.1844: Hoje ao romper da aurora ataquei ao Canabarro com o seu intitulado exército de mil e tantos homens: foi derrotado completamente, tendo cento e tantos mortos, e trezentos prisioneiros, e julgo excederá muito dos trezentos; porque ainda tenho gente por fora, e estão chegando aos cinco e aos seis; enfim poderiam-se escapar como duzentos e tantos homens a cavalo

extraviados, isto mesmo por o campo ser muito montanhoso, e a minha cavahada estar muito puxada, pelas muitas marchas de noite, e de dia emboscado. No número dos prisioneiros são trinta e quatro oficiais, sendo um deles o Ministro da Fazenda alheia: deixaram toda a bagagem, e alguns até se escaparam em mangas de camisa; perto de mil cavalos.

### 3.3 - Instruções Reservadas

Eis o texto integral das referidas Instruções Reservadas:

1°. - No caso que os rebeldes continuem a manifestar desejos de depor as armas o General-em-Chefe poderá admitir essa manifestação de desejos, mas somente por meio de petição assinada pelos principais Chefes, dirigidas a Sua Majestade o Imperador, e concebidas em termos respeitosos, que em nada ofendam ao decoro da Nação e aos princípios fundamentais da lei do Estado.

2°. - O General-em-Chefe é autorizado a deferir imediatamente em nome de Sua Majestade, o Imperador, a qualquer petição que lhe for apresentada pelos Chefes rebeldes para o fim e nos termos indicados no artigo antecedente, e publicará em seguida o Decreto Imperial que nesta ocasião se lhe remete pelo Ministro da Justiça, concedendo ampla Anistia a todos os comprometidos na luta da rebelião, ao qual fará dar a maior publicidade nas diferentes povoações da Província.

3°. - Todos os indivíduos pertencentes às forças rebeldes, que nelas ocuparem postos de Oficiais, serão dispensados indefinidamente do serviço tanto de Linha como da Guarda Nacional, o que será declarado em Ordem do Dia do Exército, mencionando os nomes de tais indivíduos, sem publicar todavia que essa dispensa se dá por serem eles Oficiais. O General-em-Chefe exigirá informações dos Chefes rebeldes sobre os indivíduos em quem concorrer a circunstância indicada, fazendo deles três

relações das quais duas serão remetidas, uma à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, outra à da Justiça, e a terceira ficará guardada no Arquivo da Província.

4°. - O General-em-Chefe poderá entregar a cada um dos indivíduos de que trata o artigo antecedente declaração por escrito da dispensa do serviço de Linha e da Guarda Nacional, mas isto unicamente no que em que julgue esta medida indispensável, quer para conseguir a pacificação, quer para acautelar abusos.

5°. - Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentados serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo Imperial, que lhes dará conveniente destino.

6°. - Todas as mais praças das ditas forças serão mandadas retirar para suas casas, e aquelas que voluntariamente quiserem servir no Exército poderão ser admitidas, se o General-em-Chefe o julgar conveniente, distribuindo-as pelos diferentes Corpos.

7°. - O General-em-Chefe não deferirá a petição de reconhecimento da dívida contraída pelos rebeldes, quando porém, apareçam estorvos à terminação da guerra por embaraços pecuniários da parte dos rebeldes, o mesmo General-em-Chefe é autorizado para remover esses embaraços a dispendir, das quantias destinadas às despesas gerais da Guerra, até a quantia de trezentos contos de réis. Esta disposição só terá lugar depois da Anistia, e de depostas as Armas rebeldes, e finalmente quando o General-em-Chefe, em sua discricção, entender que há suficiente garantia para que seja eficaz o emprego da medida. O General-em-Chefe que dirigirá esta operação, velará que ela seja concluída de modo que não possa haver reclamação alguma para o futuro.

8°. - Na Ordem do Dia do Exército se declarará que os Officiais anistiados que tinham postos legais de 1ª ou 2ª Linha, ou da Guarda Nacional, antes da rebelião, ficam em consequência da Anistia restituídos ao gozo das prerrogativas e direitos Militares inerentes a esses postos.

9º. - O General-em-Chefe fará constar que o Governo Imperial dará as providências necessárias para a revalidação das dispensas e licenças concedidas pelo Vigário Capitular de nomeação dos rebeldes, depois de lhe haverem sido cassadas as faculdades outorgadas pelo Diocesano, por ser esta medida necessária para a tranqüilidade das consciências e a paz das famílias.

10º. - O General-em-Chefe procurará que os principais Chefes rebeldes, por própria garantia e a bem da futura tranqüilidade da Província, se retirem dela, para qualquer parte de sua livre escolha, dentro ou fora do Império, não sendo para os Estados limítrofes; e somente deixará de insistir sobre esta determinação quando ver que do seu cumprimento resulte a impossibilidade da pacificação.

11º. - Depois de cumpridas as disposições dos Artigos antecedentes o General-em-Chefe fará o Exército Imperial tomar posição tanto na fronteira, como nos pontos interiores que julgar mais adequados, e de tudo dará parte ao Governo, de quem esperará as convenientes ordens.

### 3.4 - Ata de Pacificação elaborada pelos Farrapos

1 - O indivíduo que for pelos republicanos indicado presidente da Província, é aprovado pelo Governo Imperial e passará a presidir a Província.

2 - A dívida nacional é paga pelo Governo Imperial, devendo apresentar-se ao Barão a relação dos créditos para ele entregar à pessoa, ou pessoas para isto nomeadas, a importância a que montar a dita dívida.

3 - Os oficiais republicanos que, por nosso Comandante-em-Chefe, forem indicados, passarão a pertencer ao Exército do Brasil no mesmo

posto, e os que quiserem suas demissões ou não quiserem pertencer ao Exército, não serão obrigados a servir, tanto em Guarda Nacional, como em 1ª linha.

4 - São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram na República.

5 - As causas civis, não tendo nulidades escandalosas, são válidas, bem como todas as licenças, e dispensas eclesiásticas.

6 - É garantida a segurança individual e de propriedade, em toda a sua plenitude.

7 - Tendo o Barão de organizar um corpo de linha, receberá para ele todos os oficiais dos republicanos, sempre que assim voluntariamente queiram.

8 - Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos, e aqueles que estão fora da Província, serão reconduzidos a ela.

9 - Não serão reconhecidos em suas patentes os nossos generais; porém, gozam das imunidades dos demais oficiais.

10 - O Governo Imperial vai tratar definitivamente da linha divisória com o Estado Oriental.

11 - Os soldados da República, pelos respectivos comandantes relacionados, ficam isentos de recrutamento de 1ª linha.

12 - Oficiais e soldados que pertenceram ao Exército Imperial, e se apresentaram ao nosso serviço, serão plenamente garantidos como os demais republicanos.

### 3.5 - Texto de Tristão de Alencar Araripe

1o. - Anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião.

2o. - Isenção de serviço militar e da guarda nacional para todos os indivíduos que tenham servido no exército da rebelião.

3o. - Gozarem os chefes rebeldes das honras dos seus postos.

4o. - Pertencerem os escravos, que serviram como soldados da república, ao estado, que os indenizará aos seus antigos proprietários.

### 3.6 - Decreto de Anistia

Recorrendo à minha imperial clemência àqueles de meus súditos que, iludidos e desvairados, têm sustentado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, numa causa atentatória da Constituição política do Estado, dos decretos da minha Imperial Coroa firmados na mesma Constituição e reprovado pela nação inteira; que leal e valorosamente se tem empenhado em debelá-la; e não sendo compatível com os sentimentos do meu coração o negar-lhes a paternal proteção a que os ditos meus súditos se acolhem arrependidos, hei por bem conceder a todos e a cada um deles, plena e absoluta anistia, para que nem judicialmente, nem por outra qualquer maneira, possam ser perseguidos ou de alguma sorte inquietados pelos atos que houverem praticado até a publicação deste decreto nas diversas povoações da referida província.

### 3.7 - Convenção de Caxias

Art. 1º. - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.

Art. 2º. - Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.

Art. 3º. - Dar-se pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, às custas do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praça no Exército ou na Armada.

Art. 4º. - Fica garantida a Dívida Pública, segundo o quadro que dela se apresente, em um prazo preventório.

Art. 5º. - Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes.

Art. 6º. - Serão revalidados os atos do Vigário Apostólico.

Art. 7º. - Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam.

Art. 8º. - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.

Art. 9º. - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.

Art. 10º. - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais.

Art. 11º. - O direito de propriedade é garantido em toda plenitude.

Art. 12º. - Ficam perdoados os desertores do Exército Imperial.

(ass. O Barão de Caxias)

### 3.8 - Decreto de 25.11.1844

Hei por bem prorrogar por mais três meses, que serão contados da data em que o presente Decreto chegar às mãos do Barão de Caxias, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a autorização, que lhe foi dada por Decreto de 14 de março do corrente ano, de poder anistiar os indivíduos compreendidos na rebelião da Província do Rio Grande do Sul, que se tornassem dignos da Minha Imperial Clemência, depondo as armas, e submetendo-se ao Meu Governo.

Quanto aos termos da citada portaria de anistia, transcreveremo-la também e de acordo com o seu inteiro teor:

O Barão de Caxias, Viador de Sua Majestade a Imperatriz, Marechal e Ajudante de Campo de Sua Majestade o Imperador, Grão Cruz da Ordem de São Bento de Aviz, Cavaleiro das Imperiais Ordens do Cruzeiro e da Rosa, Condecorado com a Medalha da Guerra da Independência, Presidente e Comandante-em-Chefe do Exército em Operações na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faz saber aos que este título virem que em virtude de autorização que lhe foi conferida por Decreto Imperial de 18 de dezembro de 1844, resolveu conceder a JOCA BENTO CORREA, plena e absoluta anistia; para o que não possa judicialmente, ou por outra qualquer medida ser perseguido, ou de alguma sorte inquietado, pelos atos, que houver praticado durante a revolução desta Província.

Em firmeza do que mandei passar o presente; que vai por assinado, e selado com o Selo das Armas do Império.

Quartel-General da Presidência, e do Comando-em-Chefe do Exército, em São Gabriel, 18 de março de 1845.

(ass.) Barão de Caxias

(Tipografia do Exército)

## **002 As Origens da Revolução Farroupilha**

Numa conferência realizada no dia do centenário de nascimento do Duque de Caxias (26 de agosto de 1903) Silvio Romero conta que após a abdicação de Dom Pedro I a anarquia passou a reinar no seio dos militares brasileiros. Insubordinações estouraram em praticamente todas as províncias brasileiras, na Cisplatina (hoje República Oriental do Uruguai), na Bahia, do Rio de Janeiro, no Maranhão, no Piauí, em São Paulo, em Minas Gerais, Pará, Sergipe, acabando apenas com o fim da Revolução Farroupilha (1835/1845). A conferência "O Duque de Caxias e a Integridade do Brasil" encontra-se no livro de Silvio Romero "Provocações e Debates" (Livraria Chardon, Porto, 1910), entre as páginas 270 e 334.

Anos mais tarde, Octávio Tarquínio de Souza em "História de dois Golpes de Estado" (Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1939), documentaria os bastidores dos movimentos sediciosos daquele período. O primeiro capítulo do livro é um verdadeiro resumo da psicologia social da época, emoldurado por parágrafos como estes:

"A necessidade de compor com o passado, a que não resistem os revolucionários oportunistas, dá aos políticos apeiados do poder a impressão de que este lhe foi arrancado sem nenhum fundamento justificável. E não tarda que se organize a reação, que comece a trama restauradora.

"Estabeleceu-se assim com certa nitidez três correntes disputando a posse do governo e a orientação política da sociedade: - a corrente dos que teimam em realizar integralmente todos os sonhos revolucionários, a dos que modestamente se satisfazem em corrigir os erros mais graves do

passado, dando tempo ao tempo, e a dos reacionários que, endeusando o regime decaído, tentam restaurá-lo ainda nas suas instituições mais condenadas".

À chamada Guerra dos Farrapos o general Morivalde Cavet Fagundes, um dos fundadores da Academia Maçônica de Letras, dedicou dois livros importantes: "A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução" e "História da Revolução Farroupilha". Neles, nas linhas, mas principalmente nas entrelinhas, podemos entender o verdadeiro "espírito" que norteou os movimentos revolucionários naquele período.

O centro do movimento revolucionário, no Rio Grande do Sul, localizava-se na Loja Maçônica Philantropia e Liberdade, de Porto Alegre, cujo Venerável-Mestre era nada mais nada menos do que o coronel Bento Gonçalves da Silva. Embora jornais como "Compilador em Porto Alegre", "Recopilador Liberal", "Idade do Pau", "Eco-Porto-Alegrense", "O Republicano" e "O Continentista" e até a "Sociedade Literária Continente" espalhassem as idéias liberais, Morivalde Calvet Fagundes, esclarece à página 199 de "As Forças Secretas da Revolução" (Editora Maçônica, Rio de Janeiro, s/d).

"Não há como negar - escreve à mesma página - que os maçons interpretaram, naquele instante histórico, o próprio sentido revolucionário, como assevera Dante de Laytano. Todos os centros de população da Província tinham as suas Lojas, as suas Oficinas e seus Triângulos, conforme a importância local: Porto Alegre, Rio pardo, Rio Grande, Jaguarão, Bagé, Piratini, Caçapava, São Borja, Cruz Alta e outros lugares menos populosos".

E foi exatamente na Loja Philantropia e Liberdade, na noite de 18 de setembro de 1835, que se definiu a eclosão do movimento revolucionário. O pacto ali firmado, hoje, está disponível até mesmo em vários sites da internet. Ei-lo:

Aos dezoito dias do mês de setembro de 1835 E.: V.: e 5835 V.: L.:, reunidos em sua sede, sito à Rua da Igreja, nº 67, em lugar Claríssimo, Forte e Terrível aos tiranos, situado abaixo da abóbada celeste do Zenith, aos 30° sul e 5° de latitude da América Brasileira, ao Vale de Porto Alegre, Província de São Pedro do Rio Grande, nas dependências do Gabinete de Leituras onde funciona a Loj.: Maç.: Philantropia e Liberdade, com o fim de, especificamente, traçarem as metas finais para o início do movimento revolucionário com que seus integrantes pretendem resgatar os brios, os direitos e dignidade do povo Riograndense. A sessão foi aberta pelo Ven.: Mestre, Ir.: Bento Gonçalves da Silva. Registre-se, a bem da verdade, ainda as presenças dos Ilr.: José Mariano de Mattos, ex- Ven.:, José Gomes de Vasconcellos Jardim, Pedro Boticário, Vicente da Fontoura, Paulino da Fontoura, Antônio de Souza Neto e Domingos José de Almeida, o qual serviu como secretário e lavrou a presente ata. Logo de início o Ven.: Mestre, depois de tecer breves considerações sobre os motivos da presente reunião, de caráter extraordinário, informou a seus pares que o movimento estava prestes a ser desencadeado. A data escolhida é o dia vinte de setembro do corrente, isto é, depois de amanhã. Nesta data, todos nós, em nome do Rio Grande do Sul, nos levantaremos em luta contra o imperialismo que reina no país. Na ocasião, ficou acertada a tomada da capital da província pelas tropas dos Ilr.: Vasconcellos Jardim e Onofre Pires, que deverão se deslocar desde a localidade de Pedras Brancas, quando avisados. Tanto Vasconcellos Jardim como Onofre Pires, ao serem informados, responderam que estariam a postos, aguardando o momento para agirem. Também se fez ouvir o nobre Ir.: Vicente da Fontoura, que sugeriu o máximo cuidado, pois certamente, o Presidente Braga seria avisado do movimento. O Tronco de Beneficência fez a sua circulação e rendeu a medalha cunhada de 421\$000, contados pelo Ir.: Tes.: Pedro Boticário. Por proposição do Ir.: José Mariano de Mattos, o Tronco de Beneficência foi destinado à compra de uma Carta da Alforria de um escravo de meia idade, no valor de 350\$000, proposta aceita por unanimidade. Foi realizada poderosa Cadeia de União, que pela justiça e grandeza da causa, pois em nome do povo Riograndense, lutariam pela

Liberdade, Igualdade e Humanidade, pediam a força e a proteção do G.: A.: D.: U.: para todos os Ilr.: e seus companheiros que iriam participar das contendidas. Já eram altas horas da madrugada quando os trabalhos foram encerrados, afirmando o Ven.: Mestre que todos deveriam confiar nas LL.: do G.: A.: D.: U.: e, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, do que eu, Domingos José de Almeida, Secretário, tracei o presente Balaústre, a fim de que a história, através dos tempos, possa registrar que um grupo de maçons, homens livres e de bons costumes, empenhou-se com o risco da própria vida, em restabelecer o reconhecimento dos direitos desta abençoada terra, berço de grandes homens, localizada no extremo sul de nossa querida Pátria. Oriente de Porto Alegre, aos dezoito dias do mês de setembro de 1835 da E.: V.:, 18° dia do sexto mês, Tirsi, da V.: L.: do ano de 5835.

Ir Domingos José de Almeida - Secretário

Dante de Laytano, na segunda edição de sua clássica "História da República Rio-Grandense" (SULINA/ARI, Porto Alegre, 1983) lista uma série de causas, que ele chama de "origens da Revolução Farroupilha": políticas, separatistas, confederativas e nacionalistas. Outros autores, em especial os influenciados pela sociologia marxista, listam uma infinidade de motivos econômicos. Quando nos aprofundamos na análise dos documentos legados por Bento Gonçalves da Silva, líder das forças secretas e públicas que fizeram a Revolução de 35 vemos que o grande o "despotismo" foi o grande motivo que levou a elite estancieiro-militar da Província a empunhar armas contra o governo central.

Somente no "Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes", datado de 29 de agosto de 1838, é que causas políticas e econômicas ficam claramente explícitas (in "Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva", Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985, páginas 280 a 290).

Convenhamos que quase três anos seja muito tempo para a definição das causas do movimento que leva à sessão de uma Província...

De fato, o "despotismo" do presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga, ao denunciar uma conspiração republicana, em sua fala de 20 de abril de 1835 à Assembléia Provincial (Legislativa) e a demissão generalizada dos liberais empregados nos serviços públicos constituiu-se no grande motivo político e econômico da Revolução farroupilha. Se ainda hoje, os governos de cidades e Estados inteiros estão na mão de oligarquias, imagine-se naqueles tempos. Quase três anos depois que os afastados das tetas públicas foram às armas é que conseguiram coligir uma série de justificativas mais amplas para a Revolução. E o mais interessante é que os elementos envolvidos no processo bélico podem ser enquadrados nos três grupos em que Octavio Tarquínio de Souza definiu os políticos daquele conturbado espaço histórico.

## **003 Revolução Farroupilha: História e Invencionice**

Todo mês de setembro é sempre o mesmo espetáculo: escolas e empresas montam galpões crioulos, estudantes ou empregados são estimulados a pilcharem-se; promovem-se churrascadas; as entidades tradicionalistas organizam rondas crioulas e desfiles. Tudo em memória dos heróis farroupilhas.

Poucos, porém, são os que se preocupam em estudar o que realmente foi a Revolução Farroupilha ou Revolução Rio-Grandense, movimento armado que durou de 19 de setembro de 1835 a 28 de fevereiro de 1845, quando foi assinada, unilateralmente, por líderes sublevados, a ata de paz na localidade de Ponche Verde, no interior de Dom Pedrito.

Apesar da vasta documentação disponível sobre o evento, máxime em Notas ao Processo dos Farrapos, organizado e anotado por Aurélio Porto e publicado pela Biblioteca Nacional, entre 1933 e 1936, e nos documentos da Coleção Alfredo Varela, editados em diversos volumes dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1980, os historiadores ainda se dividem quanto às verdadeiras causas e objetivos da Revolução.

Basicamente, podemos dizer que:

a) uns afirmam que a Revolução Farroupilha foi influenciada pelo caudilhismo platino;

b) outros pelas idéias federalistas;

c) outros, ainda, por concepções republicanas; e muitos desses se dividiram entre os que acreditam que a Revolução era ou não era separatista.

Em 18 de setembro de 1981 Sérgio da Costa Franco pronunciou uma conferência em Bagé, publicada sob o título de As Causas da Revolução Farroupilha, entre as páginas 53 e 61 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, número 123. É um texto que resume as concepções de historiadores, que se tornaram clássicos no tema.

Lembremos as motivações mais registradas nas páginas escritas por estudiosos daquele acontecimento: a discriminação tributária contra o Rio Grande do Sul, cujos principais produtos eram as tropas de muare e o comércio de charque, alimento que servia para os escravos, motores da economia agro-exportadora, especialmente de cana-de-açúcar e café; o favorecimento do charque uruguaio; o recrutamento de sul-rio-grandenses para o Exército; rivalidades entre liberais e conservadores; desmandos e arbitrariedades cometidas por governantes e altos funcionários indicados pelo governo do Império; descontentamento dos militares gaúchos com o favorecimento de oficiais originários de outras províncias; sentimento republicano, influenciado pelo exemplo das repúblicas platinas; ideais federalistas, objetivando ou a federação sob uma monarquia constitucional ou uma confederação republicana, a exemplo dos Estados Unidos ou a pura e simples independência do Rio grande do Sul.

Quando estudamos os registros daquele tempo, vemos que não havia um pensamento uniforme entre as pessoas que constituíam as elites da época, quanto ao verdadeiro caminho a ser tomado pelo Rio Grande do Sul. Num ponto todos concordavam: a Província precisava de mais autonomia. E o entendimento disso é muito importante visto que a maioria da população gaúcha era formada por indivíduos sem ativa participação política: escravos, pobres, analfabetos, mulheres e imigrantes estrangeiros, impedidos de votarem, também porque vigorava o chamado voto censitário: para votar era preciso comprovar uma renda mínima e ser católico apostólico romano. Isso reduzia ainda mais o eleitorado, pois a Província era pouco povoada.

Na verdade, o que houve foi uma combinação de causas econômicas e políticas, mormente quanto ao controle das finanças públicas provinciais (estaduais). Para ser mais claro: as tetas da Província.

Ao falarmos nas causas da Revolução farroupilha não podemos esquecer um detalhe importante: a maior parte do armamento estava em mãos dos estancieiros graças à criação da Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, e à extinção das milícias públicas. Assim, quando a Revolução foi deflagrada, o presidente da Província (correspondente ao atual governador do Estado) dispunha de poucos homens para a resistência, e não lhe restou outra alternativa a não ser refugiar-se numa embarcação e fugir de Porto Alegre.

A Brigada Militar, que hoje encabeça as comemorações da Semana Farroupilha, foi criada como Corpo Policial, em 1839, para reprimir os farrapos.

Mesmo contando-se aos milhares os documentos sobre a Revolução Farroupilha e muitos trabalhos que tratam daquele período histórico, o que mais encontramos é pura e simplesmente mito. Verdadeiras invencionices circulam como fatos consumados. É o caso do próprio significado comumente atribuído aos termos farroupilha e farrapo, quando empregados com a finalidade especial de identificar aqueles que participaram da luta contra a Regência e o Império.

Os homens que se levantaram contra o presidente Fernandes Braga não eram miseráveis e maltrapilhos. Os líderes estavam entre os homens mais abastados e esclarecidos do Rio Grande do Sul e os soldados, mesmo os escravos, foram vestidos e armados por esses representantes do segmento mais rico da Província.

Farroupilha era o termo pelo qual se autodesignavam os liberais extremados, que editavam os jornais Jurujoba dos Farroupilhas e Matraca dos Farroupilhas, no Rio de Janeiro, em 1831. Esses liberais exaltados provocaram manifestações de rua na Capital do Império. O tenente Luís José dos Reis Alpoim, um dos editores daqueles jornais, viera deportado para Porto Alegre, onde organizou o Partido Farroupilha, defendendo o federalismo sob forma republicana. Por causa desse farroupilha é que o nome foi aplicado aos demais contestadores gaúchos do governo Central. O grupo, que se reunia na Sociedade do Continentino, em 24 de outubro de 1833, promoveu manifestações contra a instalação da Sociedade Militar, formada por monarquistas conservadores, em Porto Alegre.

Vê-se que, de início, o termo farroupilha era depreciativo, mas foi assumido e dignificado pelos revolucionários. Estes se inseriam numa série de revoltas nacionais ocorridas naquele tempo, as chamadas revoluções liberais. Tanto isso é verdade que, em 5 de maio de 1895, Manuel Alves da Silva Caldeira, veterano farroupilha, escrevia a Alfredo

Varela: "Nós dávamos vivas à independência do Rio Grande do Sul e contra o despotismo. A nossa separação era contra o poder imperial, mas contávamos com mais províncias para a nossa união; e tanto é verdade que foi preso em Cruz alta um enviado de São Paulo que vinha tratar com o nosso Governo a União de São Paulo com o nosso Estado". (In Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, v. 5, Porto Alegre, 1981, p. 337).

É tão absurdo identificar os farroupilhas com simples esfarrapados e famélicos quanto dizer que os sans-culotte franceses (homens como Marat, Ropesbierre, Camilo Desmoulins ou Saint-Just, por exemplo), andassem nus da cintura para baixo porque o sentido literal de sans-culotte é "sem-calças".

Ao longo da História é normal encontrar expressões depreciativas conferidas a adversários políticos. Sans-culotte tipifica o caso. Mais tarde maragatos, aplicado aos revolucionários federalistas de 1893, seria um desses termos assumidos, orgulhosamente, pelos guerrilheiros que seguiam a orientação política de Silveira Martins.

O próprio nome gaúcho, do qual hoje todos nós, sul-riograndenses, nos orgulhamos, à época da Revolução Farroupilha, ainda guardava um conteúdo humilhante. A origem mestiça dos filhos dos colonizadores ibéricos com as nativas da Pampa era lembrada através da palavra, no sentido do francês gauche (bastardo).

A Revolução Farroupilha teve início na noite de 19 para 20 de setembro de 1835, com a invasão de Porto Alegre. Os comandantes - repito - eram muitos dos homens mais ricos do Rio Grande do Sul, especialmente fazendeiros e donos de charqueadas. Não eram esfarrapados.

Como oficiais da Guarda Nacional tinham assumido a responsabilidade pelo fardamento dos seus comandados. Faltaram vestimentas e outros recursos no decorrer do movimento armado, mas o nome com o qual os revolucionários passariam à história já se consolidara.

Em documento datado de 13 de setembro de 1894, Caldeira confessava a ignorância da população quanto aos reais objetivos dos Chefes: "Bento Gonçalves nunca falou em república nem em separação antes de ser ele prisioneiro. O povo combatia para libertar se do ignominioso jugo do despotismo, e era esta a linguagem de Bento Gonçalves, e dando vivas ao povo rio-grandense e à liberdade" (Ed. Cit., p. 334). O mesmo sobrevivente salienta que o apoio à República Catarinense foi dado a pedido dos liberais barrigas-verdes (Idem, p. 337), e rejeita a idéia de união ao Uruguai ou à Argentina, pois enquanto as outras províncias que lutavam contra o "despotismo" iam se enfraquecendo, o Rio Grande cada vez mais se fortalecia (Ibidem, p. 337).

Ao durar quase 10 anos, quando, muitas vezes, as revoluções nas outras províncias não passavam de uns poucos meses, a Revolução Farroupilha confirma a veracidade do que afirma Manuel Alves da Silva Caldeira, meio século depois de extinta a República Rio-Grandense.

Outra invenção é a glorificação pura e simples dos envolvidos. Havia bandidos, ladrões e saqueadores de ambos os lados. Denúncias de degolas e toda a sorte de crimes ficaram registradas contra ambas as facções. Há vasta documentação sobre isso. Giuseppe Garibaldi, que conheceu Bento Gonçalves da Silva, durante a prisão deste, no Rio de Janeiro, recebeu carta de corso, e saiu saqueando navios que ostentassem a bandeira do Império. Quem duvidar leia as Memórias de

Garibaldi, escritas por Alexandre Dumas. Delas existe uma edição recente (L&PM, Porto Alegre, 2002). Ali, essa história começa a ser contada a partir da página 47.

Os próprios farroupilhas denunciaram o general David Canabarro por ter acertado com o Barão de Caxias, o Pacificador do Império, a matança dos lanceiros negros que prestaram inumeráveis serviços à República Rio-Grandense. No combate de Porongos mais de cem negros foram massacrados e, em grande número, reduzidos à escravidão e enviados para outras províncias.

É muito importante que rememoremos a História do Rio Grande do Sul, a formação de nosso Estado, os homens e a cultura gaúchas. É muito mais importante, porém, que não incensemos a ídolos com pés de barro. Em seu maior número, as páginas de nossas revoluções, como de todas as revoluções pampianas, foram escritas com sangue e vergonha. Es as páginas que a História reserva para os matadores em série e outros degenerados são o melhor lugar para alguns semideuses gaúchos.

## **004 Federalistas, pica-paus, libertadores e chimangos**

Cresci ouvindo histórias sobre a Revolução Federalista ou Revolução de 1893.

Meu bisavô Joaquim Soares da Silva (Quincas Duro), pai de meu avô materno, Álvaro Soares da Silva (Alvinho Duro), participou da Revolução Federalista na região de Cruz Alta. Depois que ele partiu minha bisavó compôs uma "décima", que iniciava assim:

"Maldita Revolução,  
O que vieste fazer?  
- Levar os pais de família;  
Deixar as mães a sofrer".

João José da Silva, pai de minha avó paterna, Corina José da Silva, costumava narrar aos filhos e aos netos a maneira como sobreviveu a massacre imposto a um grupo de pica-paus, logo após a Batalha do Pulador.

Essas memórias familiares levaram-me a estudar a Revolução Federalista, mormente os combates travados em Passo Fundo, onde nasci.

E é, em homenagem aos cento e cinquenta anos de emancipação político-administrativa de minha terra natal, que transcorrerá no dia 28 de

janeiro de 2007, e ao sesquicentenário de instalação da Câmara Municipal de Passo Fundo, a comemorar-se no dia 7 de agosto próximo, que publico este volume intitulado Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo.

Sou, fundamentalmente, um publicista, palavra portuguesa que melhor expressa aquilo que muitos traduzem como "intelectual público". Por isso, a maior parte dos textos aqui reunidos é formada de artigos já publicados na imprensa passo-fundense.

Como não se trata de uma história da Revolução Federalista em Passo Fundo não entro em detalhes das causas e conseqüências daquela tragédia. Lembro, apenas, que, mesmo tendo trabalhos divulgados sobre esses elementos não os enfeixo neste volume. Aqui, me preocupo com os combates em si. Alguns deles, do ponto de vista estritamente militar, foram "tiroteios"; outros foram verdadeiros combates e dois, Três Passos e Pulador, pelo tipo de armas empregadas (Cavalaria, Infantaria e Artilharia), podem ser classificados como batalhas campais.

Entretanto, devo esclarecer rapidamente alguns termos usados ao longo do livro, quais sejam:

1. Federalistas, vira-bostas, gasparistas, maragatos ou libertadores, seguidores de Gaspar da Silveira Martins, organizados em torno do Partido Federalista. Daí serem chamados de federalistas. Opunham-se ao governo de Júlio Prates de Castilhos e, mais precisamente, à Constituição Estadual redigida por ele. Representavam o grupo (Partido Liberal) que dominou a política rio-grandense no final do Segundo Império. Lideraram a Revolução Federalista contra o governo do Estado.

Inicialmente foram chamados de vira-bostas, nome de um passarinho (*Molothrus Bonairenses*), que anda pelos currais, apreciando a companhia dos cavalos, apelido aplicado pelos republicanos aos seus adversários políticos, cuja principal arma era a cavalaria. Posteriormente passaram a ser chamados de maragatos, nome de um povo de origem

berbere que habita as serranias de Astorga e Leão, na Espanha. Alguns maragatos emigraram para San José, no Uruguai. Doze maragatos ou descendentes de maragatos vieram com Gomercindo Saraiva, ao invadir o Rio Grande do Sul. Os republicanos, tentando passar a imagem de que se tratava de uma invasão de autênticos maragatos, passaram a usar o termo contra os federalistas, também chamados de gasparistas em referência a Gaspar da Silveira Martins. Como os próprios revolucionários davam às suas forças o nome de Exércitos Libertadores, também ficaram conhecidos como libertadores, nome que reapareceria nomeando os revolucionários de 1923.

2. Republicanos, pica-paus, castilhistas e pés-chatos. Os defensores do governo do Estado eram, fundamentalmente, seguidores do Partido Republicano Rio-Grandense, originado na Convenção convocada pelo Clube Republicano de Porto Alegre, em 23 de fevereiro de 1882. Com a Proclamação da República foi engrossado pela adesão dos seguidores do Partido Conservador (como é o caso da maioria dos "republicanos" passo-fundenses), adversário mortal do Partido Liberal, depois federalistas. Daí vem o nome republicanos, que lhes era aplicado. Para pica-paus há três versões diferentes. A primeira é de que se deve ao tipo de uniforme usado por algumas unidades oficiais, cujo quepe lembrava a cabeça daquela ave; a segunda é de que seria uma forma de menosprezo à infantaria republicana, pois pica-pau é sinônimo de taquari, espingarda de pequeno calibre, com um cano só, e de carregar pela boca, usada para caçar pequenos animais e a terceira de que alguns revolucionários ingressaram no Estado, portando os seguintes dizeres em seus distintivos:

Sete meses de ausência:

Pica-paus, tenham paciência...

O termo castilhistas é porque o Partido Republicano Rio-Grandense era capitaneado por Júlio Prates de Castilhos. Pés-chatos,

recolhido por Ângelo Dourado, era usado pelos maragatos serranos para dar nome a seus adversários e deve-se ao tipo de calçado empregado pelas forças oficiais.

Em 1923 aconteceu nova revolução. Os antigos federalistas, com o nome de libertadores, enfrentaram os antigos pica-paus, liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros, que participou de ações militares em Passo Fundo, durante a Revolução Federalista. Pelo seu aspecto facial, Borges de Medeiros era chamado de Chimango (lbyter Chimango ou Milvago Chimango), também conhecido como carrapateiro por comer carrapatos no lombo dos animais e caçar pintos e outras aves de pequeno porte.

É errôneo aplicar os termos chimango aos governistas de 1893 e maragato aos opositoristas de 1923.

3. Lideranças que agiram em Passo Fundo. As principais lideranças republicanas que tiveram atuação em Passo Fundo, durante a Revolução Federalista, foram coronel Gervazio Luccas Annes, coronel Pedro Lopes de Oliveira (Coronel Lolico), capitão Francisco Brizola, capitão Eleutherio dos Santos, capitão Antonio Chachá Pereira e tenente-coronel Francisco Bier, todos exercendo atividades em Passo Fundo. De fora, atuaram coronel Manoel Joaquim Thomaz dos Santos e Silva Filho (Santos Filho), major Antônio Augusto Borges de Medeiros, coronel José Gabriel da Silva Lima (intendente de Cruz Alta), coronel Firmino de Paula e Silva (depois general honorário do Exército Brasileiro), coronel Salvador Pinheiro Machado e generais Francisco Rodrigues Lima e José Gomes Pinheiro Machado (senador da República).

Do lado maragato, as principais lideranças foram o general Antonio Ferreira Prestes Guimarães, os coronéis Veríssimo Ignácio da Veiga, José Borges Vieira, Pedro Bueno, Elizario Prestes, Francisco dos Santos Teixeira Vaz, capitão Theodoro Ignácio da Veiga, capitão Silvio Alves de Rezende. Com a coluna Gomercindo Saraiva merecem citação, o general

Luiz Alves de Oliveira Salgado e os coronéis Aparício Saraiva e Ângelo Dourado, autor do clássico "Voluntários do Martírio".

Por fim, quero agradecer a tantos quantos (e não são poucos) os amigos que colaboraram para meus estudos e a impressão desta obra. O lembrar nomes levar-me-ia a pecar por omissão.

Passo Fundo, novembro de 2006.

(O texto acima, agora revisto, serviu como Introdução a meu livro "Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo, Berthier, Passo Fundo, 2006)

## **005 O número de mortos na Batalha do Pulador**

O acontecimento histórico mais conhecido pelo nome de Batalha do Pulador, ocorrido no dia 27 de junho de 1894, envolvendo a coluna federalista, comandada por Gomercindo Saraiva , e a Divisão do Norte, de Francisco Rodrigues de Lima, sempre despertou minha atenção. Cresci ouvindo meu pai repetir relatos de seu avô materno, João José da Silva, contando a forma como sobrevivera à batalha, em que participara já na condição de alferes, refugiando-se nos matos, onde também procuraram abrigo centenas de pica-paus que preferiram desertar a seguir na direção de Carazinho, com seus comandantes. Na mataria foram caçados por um piquete de maragatos. Quase todos os desertores eram homens da Campanha, que não conheciam a Região Serrana e que, subindo às árvores, julgavam-se seguros. Os maragatos, provavelmente das forças do "coronel Veríssimo" , a pé, vasculharam as matas à procura dos foragidos. Quando localizavam um deles, no alto de uma árvore, zombando do fardamento "verde" usado pelos soldados legalistas, exclamavam: "Olha lá um periquitinho!". E o abatiam à bala. Junto com um companheiro, meu bisavô abrigou-se numa árvore recoberta por vasto cipóal. Os perseguidores chegaram. Comentaram entre si que era o local propício para alguém se ocultar. Ofereceram "garantias de vida" para quem descesse. Meu bisavô fez um sinal de silêncio. Seu amigo desceu e foi imediatamente degolado. Bem depois que cessaram os tiros ele seguiu na direção do Faxinal, não sem ir encontrando mortos em seu caminho.

A preocupação em comprovar esse relato oral levou-me a pesquisar sobre o número real de mortos. Não encontrei documentos sobre desertores massacrados, mas outras informações orais, quanto à duração e desenvolvimento da batalha e sua incorporação como cabo, em Cachoeira do Sul, na Brigada de Santos Filho , concordam com relatos

históricos. Ademais, outro bisavô meu, Alexandre Mendes Monteiro, que possuiu uma propriedade no Pulador, relatava que era comum encontrarem ossadas humanas por aquelas matas.

João José da Silva costumava repetir aos filhos, genros e netos que a Batalha do Pulador foi uma carnificina e que teriam morrido mais de mil homens.

Se uma parte do eu relato, aquela que diz respeito à batalha propriamente dita, pode ser comprovada documentalmente por que não serão verdadeiros os fatos ocorridos posteriormente e que ele teria testemunhado? Até que não pareçam provas em contrário, acredito ser verídica a história como era relatada por esse sobrevivente.

Divulguei minhas pesquisas preliminares no artigo "A Batalha do Pulador", publicado em O Cidadão, de 14 de julho de 2001, e em O Nacional, de 18 daquele mês e ano.

Há um documento muito conhecido sobre as forças de Gomercindo Saraiva. Trata-se do livro Voluntários do Martírio, publicado em 1896 por Angelo Dourado, médico daquela força revolucionária.

Após atravessar o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com mais de cinco mil homens, e ameaçar Curitiba, Gomercindo retornava ao Rio Grande com um exército reduzido e esfarrapado. Realizava uma das maiores façanhas militares da história do Brasil, comparável à Retirada de Laguna, durante a guerra contra o Paraguai, alguns anos antes, e à Coluna Prestes, três décadas depois.

Segundo Carlos Reverbel, em Maragatos e Pica-Paus, p. 83, Gomercindo preparou sua retirada de volta ao Rio Grande com um exército de mais de cinco mil homens, divididos em três colunas. Acossados por forças contrárias e enfrentando um terreno que lhes era adversos, os federalistas conseguiram chegar a Passo Fundo no dia 22 de junho com uma tropa reduzida a 1.600 homens. "Nesta altura - escreve Carlos Reverbel, à página 44 - veio ao seu encontro a força de Prestes

Guimarães, que se mantivera em operações na região. Reunidas as duas colunas, o efetivo subiu para três mil homens".

Foi exatamente essa força que, naquele 27 de junho, enfrentou a Divisão do Norte, bem equipada, pois dispunha até de artilharia pesada. Divisão que teve, inclusive, a oportunidade de escolher, do ponto de vista estratégico, o melhor local para esperar e travar batalha com os maragatos. O confronto, iniciado pelas 10 horas, durou até por volta das 16 horas.

Os dados sobre o número de homens envolvidos e de vítimas são contraditórios. Angelo Dourado, médico das forças revolucionárias, que prestou socorro aos feridos no Pulador, em seu livro *Voluntários do Martírio*, p. 250, calcula em 1.500 homens a força maragata, 800 dos quais seriam lanceiros comandados pelo passo-fundense Prestes Guimarães, e em 3 mil os combatentes pica-paus, distribuídos em três quadrados de infantaria, com mil guerreiros cada.

Quanto ao número de feridos, Prestes Guimarães, em documento, cuja cópia me foi franqueada pelo historiador Ney Eduardo Possapp & Avila, aqui presente, afirma que os revolucionários tiveram "88 mortos, contados insepultos no campo de batalha alguns dias depois, inclusive o valente Aparício Mello (sic), José Silveira Martins e tantos outros bravos". Carlos Reverbel (p. 85) escreve que "as baixas, entre mortos e feridos, de ambos os lados, foram superiores a 500". Já Gomercindo Saraiva, segundo o médico federalista que nos legou um diário da expedição, "julgava que as forças de Lima deveriam ter mais de mil homens fora de combate", conforme se lê à página 253 de *Voluntários do Martírio*.

O mesmo Angelo Dourado, à página seguinte, escreve: "No lugar denominado Tope, recebemos comunicação do coronel Verissimo que continua no Passo Fundo, tendo sepultado os nossos mortos. Ele calcula o número de cadáveres deixado pelo inimigo em oitocentos, não podendo saber ao certo, porque muitos estavam confundidos com os nossos . As

nossas perdas, incluindo os polacos que nos faltam, montam a 214. Temos porém cinco feridos que não poderão viver". (A ortografia foi atualizada por mim, PM).

Outra testemunha, o major Vicente Ferreira Castro , paranaense que lutara nas forças federalistas, assim descreveu o final da batalha: "Ganhamos fisicamente o combate, porém o perdemos moralmente, e quem sabe será a nossa perdição essa derrota. Morreram muitos oficiais, desde coronéis até alferes e muitos saíram feridos. Calculam que entre mortos e feridos temos 200 homens. A Primeira Brigada foi a que mais gente perdeu, pois só o Batalhão Silveira Mota, o meu e o do Badziak, ficaram reduzidos à metade, pouco mais".

Logo abaixo, continuando em suas anotações de campanha, parece referir-se à mesma fonte usada por Angelo Dourado, mas os números são diferentes. Com data de 7 de junho, assim escreve: "Veio um próprio do Verissimo, trazendo notícia exata do combate de 27. Dizia que tivemos 88 mortos e que o inimigo teve 700 mortos. Soube-se com certeza que saíram feridos nesse combate, o gen. Lima e o cel. Firmino de Paula".

Luiz de Senna Guasina , outro participante da Revolução e que dela se retirou por discordar das idéias que iam dominando os federalistas, com data de 30 de junho de 1894, lembra o jornal La Prensa ter divulgado "que os revolucionários tiveram 600 mortos e muito mais feridos; que os governistas tiveram somente duzentas baixas (...)".

Gomercindo dos Reis , veterano da Revolução de 1923 e prócer libertador passo-fundense, em artigo publicado no jornal O Nacional, de Passo Fundo, assim se expressa textualmente: "Nessa batalha, a maior que se travou no Brasil, chocaram-se 8 mil homens, mais ou menos 4 mil de cada lado, ficando mil e cem mortos no campo da luta". O poeta de "Jardim de Urtigas" conheceu, conviveu e militou ao lado de veteranos da Revolução de 1893.

Recapitulando alguns números:

1° - Conforme o coronel Angelo Dourado, louvando-se nas informações do "coronel Verissimo", teríamos pelo menos 1014 mortos: 800 pica-paus e 214 federalistas;

2° - De acordo com Vicente Ferreira Castro: 88 federalistas e 700 pica-paus, totalizando cerca de 788 vítimas;

3° - La Prensa, citado por Luiz de Senna Guasina, calcula as vítimas fatais em 600 federalistas e 200 pica-apus, somando 800 mortos;

4° - Gomercindo dos Reis fixa em 1100 mortos no campo da luta", sem precisar quantos de cada lado.

Assim, quando examinamos fontes da época em que ocorreu a batalha de 27 de junho de 1894, ou que tiveram acesso a informações de sobreviventes, podemos concluir que nela se envolveram pelo menos 4.500 homens, sendo 3.000 pica-paus, sob o comando de Francisco Rodrigues Lima, e 1.500 maragatos, 700 das forças que acompanhavam Gomercindo Saraiva em seu retorno do Paraná, e 800 cavalarianos, sob as ordens de Prestes Guimarães. Os mortos, seguramente, "foram superiores a 500", como escreveu Carlos Reverbel. Pelo comparativo das informações disponíveis, devem girar em torno de 800, os combatentes que tombaram no local em que foi travada a Batalha do Pulador.

Até prova em contrário, calculo em 1.000 (mil) o número de vítimas fatais, segundo a informação privilegiada de Angelo Dourado, reforçada pelo "coronel Verissimo", que ficou na região depois da luta. Devem ter morrido 800 combatentes no local da batalha, possivelmente muitos deles feridos executados numa "operação de rescaldo" e 200 abatidos, nos matos, depois do confronto. Isto porque Vicente Ferreira Castro e La Prensa apresentam dados ao redor de 800 - os que realmente morreram em combate. O saldo a maior, encontrado em Voluntários do Martírio pode muito bem representar os desertores caçados nos matos do Pulador, depois do combate.

Nesse número não estão computados aqueles que morreram nos dias posteriores ao confronto. O médico Angelo Dourado calculou em cinco os feridos que não sobreviveriam e escreveu à página 266: "Saímos na estrada do Passo Fundo à Cruz Alta. Em todos os pontos do acampamento das forças de Lima, e estamos a 20 léguas do campo de batalha do Passo Fundo, há sepulturas de mortos por ferimentos recebidos naquela batalha".

## **006 As Metralhadoras e os Quadrados do Pulador**

Tenho ouvido seguidamente que na Batalha do Pulador, travada no dia 27 de junho de 1894, entre a Divisão do Norte (de Rodrigues Lima e Pinheiro Machado) contra o 2º Exército Libertador (de Gomercindo Saraiva) e o Exército Libertador Serrano (de Prestes Guimarães), foram usadas metralhadoras e empregados quadrados de infantaria, pela primeira vez, em guerras civis brasileiras.

Nós, passo-fundenses, temos a mania de nos julgarmos mais, primeiros ou maiores em tudo. Somos a "Cidade Mais Gaúcha do Brasil", temos a "Porta Mais Alta do Rio Grande do Sul", somos a "Capital Nacional da Literatura", sem apresentarmos sequer um escritor de projeção estadual, e assim por diante.

Agora exibimos esses dois novos títulos.

Vejamo-los.

Sejanes Dornelles, em Gumersindo Saraiva - O Guerrilheiro Pampeano (EDUCS, Caxias do Sul, 1988, p. 135), falando sobre a Batalha Campal de Inhanduí, travada no dia 3 de maio de 1893, conta que os republicanos empregaram dez peças de artilharia, isto é, uma dezena de canhões e algumas metralhadoras contra as forças federalistas. O mesmo autor, na mesma obra (p. 150), historiando a Batalha Campal do Serro do

Ouro, que aconteceu a 27 de agosto de 1893, informa que foram ouvidas metralhadoras, cujo som já era conhecido pelos revolucionários rio-grandenses.

Portanto, não foi a 27 de junho de 1894, nas coxilhas do Pulador, que a metralhadora (na verdade duas dessas armas) foi usada numa revolução brasileira. Há, pelo menos, os antecedentes de Inahnduí e Serro do Ouro.

Quanto à assertiva de que, na Batalha do Pulador, foi empregada, também pela primeira vez numa revolução brasileira, a tática dos quadrados de infantaria, é outra falácia.

A Brigada Santos Filho, a 27 de junho de 1894, já estava anexada à Divisão do Norte. Antes, porém, de sua inclusão às forças comandadas por Pinheiro Machado e Rodrigues Lima, a Brigada Santos Filho participou do Combate dos Valinhos, no dia 8 de fevereiro de 1894, aqui, em Passo Fundo, na coxilha que emprestou seu nome ao confronto.

Na oportunidade, um quadrado com cerca de quinhentos homens, a maior parte forças de Passo Fundo e Cruz Alta, resistiu, com pleno êxito, durante 45 minutos, a uma carga de cavalaria empregada por aproximadamente 300 maragatos de Passo Fundo e Soledade.

A carga de cavalaria constou de um choque dos lanceiros contra pica-pau, que não se abriu. Os maragatos usaram "seis de laço", ou seja, fizeram arrastões com laços amarrados a chinchas de dois cavalos, e não conseguiram romper o quadrado. E, por fim, a cavalo, pularam sobre o quadrado, como os camicazes japoneses da II Guerra contra os navios americanos. Nem assim puderam estourá-lo. Os milicianos deitavam-se ao chão, espetando cavalos e cavalarianos com sabres e baionetas. O quadrado continuou intacto.

Como vimos, os pica-paus já haviam testado metralhadoras e quadrados de infantaria antes da Batalha do Pulador. Não cabe a prioridade no uso desses elementos àquela batalha campal ocorrida em solo passo-fundense.

## **007 A Importância Histórica da Batalha do Pulador**

A Revolução Federalista era até pouco tempo um tema proibido. Não oficialmente, por decreto ou lei, mas porque a maioria das famílias, em todo o Estado, e de maneira particular em Passo Fundo estiveram, de uma forma ou de outra, envolvidas naquela sangrenta conflagração armada.

Angelo Dourado, médico federalista, que acompanhava as tropas de Gomercindo Saraiva, a propósito, deixou um depoimento impressionante, ao contar que todas as famílias passo-fundenses tinham integrantes seus incorporados ao Exército Libertador Serrano, comandado pelo general Antônio Ferreira Prestes Guimarães, neto do cabo Manuel José das Neves, o fundador de Passo Fundo.

Em Passo Fundo, onde as rivalidades políticas, durante o império, entre liberais e conservadores eram intensas e violentas , essa animosidade exacerbou-se com a República. Os conservadores, sempre minoritários, liderados pelo coronel Gervazio Luccas Annes, cruz-altense que para cá se mudou com o objetivo de liderar seus companheiros de partido, bandearam-se com todas as armas, para a nova situação, radicalizando ainda mais os métodos usuais do fazer político. Chegaram a importar mercenários corrientinos , que cometeram violências e todo tipo de tropelias contra os antigos liberais.

Dados históricos disponíveis demonstram que, já em 1891 , grupos armados sob o comando de Prestes Guimarães, operavam em Passo Fundo. Assim, a Revolução, aqui nascida, acabou mudando seu epicentro

para a Fronteira, única e exclusivamente por motivos estratégicos. E Prestes Guimarães, no posto de coronel, foi um dos primeiros e mais importantes chefes militares federalistas, quando o Exército Libertador, sob o comando geral do general Joca Tavares, passou a operar na Campanha.

Quando, enfrentando sérias dificuldades na Fronteira, o exército federalista de Gomercindo Saraiva decidiu rumar ao Paraná, em outubro de 1893, para dar apoio aos marinheiros sublevados contra Floriano Peixoto, a Revolução deslocou o seu centro para a Região de Passo Fundo. Aqui foram travados quatro grandes e importantes encontros militares: o combate do Umbu (16/01/1894), o combate dos Valinhos (8/02/1894), o combate dos Três Passos (6/06/1894) e a Batalha do Pulador (27/06/1894). Além disso ocorreram confrontos menores.

A Batalha do Pulador foi o mais importante de todos esses choques armados, pelo número de homens envolvidos diretamente na ação, o poder destruidor do armamento empregado e a quantidade de mortos.

Como já demonstrei em diversos artigos que venho publicando e no opúsculo A Batalha do Pulador, envolveram-se diretamente na ação 1.600 federalistas e 3.000 republicanos, totalizando 4.600 homens, pelo menos. Foram contados 1.024 mortos no local da batalha, afora um número incalculável de combatentes que morreram em consequência dos ferimentos recebidos em combate. O número de feridos que sobreviveram, também é incalculável.

Embora dos documentos republicanos contem vantagem para o seu lado, do ponto de vista militar, a vitória foi dos federalistas, que permaneceram no local. O coronel Verissimo Ignacio da Veiga, e seus lanceiros, ali pernoitaram, contaram os mortos e deram sepultura aos seus camaradas. Somente depois deixaram o local.

Terminada a batalha o resultado era este: as forças republicanas recuaram na direção de Cruz Alta, à espera de reforços, e as tropas revolucionárias, num movimento de semicírculo saíram pelo município de

Soledade, reentrando em Passo Fundo, em Não-Me-Toque, daí seguindo a toda pressa rumo à Fronteira, onde esperavam apoio dos federalistas exilados.

O desfecho da história todos sabem. Os federalistas, em retirada, acabaram envolvidos por todos os lados, tanto pela Divisão do Norte, quanto por forças da Brigada Militar e provisórios sob o comando do senador e general Pinheiro Machado.

Moral da história: todos os historiadores isentos concordam que a Revolução Federalista foi decidida na Batalha do Pulador. Depois dela o que vimos foi o mais combativo exército revolucionário num recuo alucinado, acossado por todos os lados. A morte de Gomercindo Saraiva, a 10 de agosto de 1894, em Carovi, interior de Santiago, foi apenas um ponto final na História da Revolução Federalista. A tentativa posterior de reacender o movimento, com a tragédia de Campo Osório, foi apenas um pós-escrito.

## **008 O homem que deflagrou a Revolução Federalista**

Francisco de Assis Cintra foi um professor dos tempos em que os professores escreviam para serem entendidos. Fazia do magistério um ministério. Seus livros têm o sabor das obras clássicas. Um deles, "O General que vendeu o Império" tem muito a ver com a história do Rio Grande do Sul. Algumas passagens tratam de um personagem dos mais importantes na deflagração da Revolução Federalista, o general João Nunes da Silva Tavares, Joca Tavares.

Em 17 de junho de 1892, apenas oito dias após ter assumido do governo do Estado, o visconde de Pelotas passava o governo a Joca Tavares. Na tarde desse mesmo dia, à frente de um movimento armado retomava a cadeira governamental, em Porto Alegre. João Nunes da Silva Tavares assumiu apenas nominalmente o governo do Estado. Não pode sair de Bagé, acossado por forças favoráveis a Júlio de Castilhos.

Caudilhos republicanos, de Canguçu e adjacências, velhos inimigos do clã dos Tavares, investiram contra Bagé, arrasando o que encontravam pela frente. Não poupavam vidas e bens dos amigos dos odiados adversários. Diante dessa situação, temendo o pior, Gaspar da Silveira Martins passou um dramático telegrama a Joca Tavares:

"General Silva Tavares - Bagé - Governo central apóia com forças federais situação política por ele criada Estado; por mais numerosas sejam forças comandais, si não desarmardes, terrível guerra civil - maior flagelo pode cair sobre um povo, - será fatal conseqüência. Centro não pensou, guerra neste Estado abalará toda federação não ainda consolidada. Como em 35, guerra pode tornar-se de independência; como em 25, intervindo republicas vizinhas, pode tornar-se externa; vossa grande pátria, dilacerada pelos ódios, enfraquecida pela intolerância, se dissolverá. Que brasileiro hesitará fazer máximo sacrifício para

evitar irreparável calamidade? Patriotismo manda suportar tudo; proteste contra precedente, ressalve direito Estado, mas entre acordo desarmar.

Não ficará menor, antes muito elevado. Haverá descontentes; não têm sua responsabilidade. História não registrará feito mais patriótico veterano guerra Paraguai. General Mitre frente 7.000 homens depôs armas La Verde para não arruinar pátria pela guerra civil; Mitre ainda é o cidadão mais respeitado de toda a Confederação. Não comandastes em chefe exercito aliado, não fostes chefe Estado como Mitre, mas não sois menos brasileiro que Mitre Argentino; haveis de proceder como ele. Como chefe de partido aconselho, como correligionário peço, como rio-grandense suplico: - Guerra civil, não. Não é necessária para conquistar poder e conter governo federal; dificuldades todo gênero, erros naturais de governos, liberdade de imprensa, opinião pública fazem o que violência não consegue. Só força maior tem impedido achar-me aí para poder verbalmente manifestar necessidade evitar todo transe guerra civil. - Porto Alegre, 21 de Junho de 1892. - SILVEIRA MARTINS."

Alguns historiadores, como Wenceslau Escobar, prócer federalista, e um dos primeiros historiadores daquela guerra fratricida, afirma que o destinatário não recebeu o telegrama antes entregar uma centena de lanças e algumas carabinas o coronel Arthur Oscar Andrada Guimarães, no dia 4 de julho. Entretanto, é muito provável que o telegrama é que tenha levado o velho cabo de guerra à rendição. Como veremos mais adiante ao comentarmos a participação de Joca Tavares na morte do ditador paraguaio Francisco Solano Lopes, ele não era muito obediente "a ordens superiores".

A ata de rendição de Joca Tavares tem o seguinte teor:

"Aos quatro dias do mês de julho de mil oitocentos e noventa e dois, às dez horas da manhã, nesta cidade de Bagé, em casa de residência do general João Nunes da Silva Tavares, presentes os abaixo assinados, membros do comitê e oficiais superiores das forças civis aqui reunidas, declarou o presidente do mesmo comitê, dr. Cândido Dias de Borba, que tinha sido convocada esta reunião para o fim de deliberar-se se nas circunstâncias atuais devia continuar ou não a resistência contra o pretenso governo do dr. Vitorino Ribeiro Carneio Monteiro,

sustentando aquele de que se achava investido o referido general João Nunes da Silva Tavares, e depois de discutido o assunto sob diversos pontos de vista, foi unanimemente resolvido que se renunciasse à idéia de resistência, pelas duas razões seguintes: 1ª a intervenção clara e manifesta do governo do centro nos negócios peculiares do Estado rio-grandense, contra expressa disposição da constituição federal, esposando a causa do referido Vitorino Monteiro; intervenção que claramente resulta dos fatos que passa a enumerar. O regresso ao Estado de diversos comandantes de corpos que, manifestamente hostis à revolução de novembro haviam sido chamados ao Rio de Janeiro; a manifestação visivelmente expressada da vontade do vice-presidente da República em diversos telegramas dirigidos ao comandante do sexto distrito militar, general Bernardo Vasques, e ao dr. Vitorino Monteiro, que correm impressos em jornais da capital e nos de outras cidades do Estado; o pronunciamento sem reservas em favor dos revolucionários das guarnições do Rio Grande, S. Gabriel e Jaguarão; o fornecimento de armas dos Arsenais e depósitos federais a populares afetos à causa da revolução e, nomeadamente, a entrega a eles de bocas de fogo ao mando do alferes Napoleão e algumas praças do 1º regimento estacionado em S. Gabriel; a quebra de neutralidade assegurada pelo referido general Bernardo Vasques ao capitão-de-fragata Legey, comandante da flotilha estacionada na capital do Estado, seguida de clara manifestação daquele general em prol da causa revolucionária, fatos estes que motivaram o bombardeamento da mesma capital; a ordem do dia nº 1 do general Izidoro Fernandes, em que se declara comandante-em-chefe das forças revolucionárias do Livramento, publicada em boletim daquela cidade, fato este que bem indica a solidariedade do governo central com o procedimento desse general; finalmente o fato assaz conhecido da seleção odiosa que fez o general Vasques dos corpos afeiçoados ao dr. Júlio de Castilhos, mandando-os seguir de Cacequi para Porto Alegre, ao passo que outros em que suspeitava sentimentos não idênticos, deixou-os no campo de manobra, tirando-lhes as munições e privando-os dos meios de locomoção. 2ª Porque, estando o movimento de reação circunscrito aos municípios de D. Pedrito, Livramento e Bagé, para onde convergiam forças de S. Gabriel e Herval e não se podendo contar com elementos reacionários de outras localidades, pelo fato de haverem sido inopinadamente ocupadas pelos revolucionários que impediam toda a reunião de forças a eles adversas, parecia não se poder esperar o seu valioso concurso para o triunfo da causa, vindo a ser, nestas circunstâncias, improficuo todo o sacrifício, e só em detrimento dos interesses do Estado, situação esta que como patriotas não devíamos criar. Assim deliberando os abaixo assinados julgam haver cumprido seus deveres cívicos,

devendo nesta emergência cada um acarretar com a responsabilidade de seu procedimento. Em seguida, o general João Nunes da Silva Tavares, que se achava presente, tomando a palavra, disse que, julgando ponderosas as razões expendidas e justificados os motivos deduzidos pelos membros da reunião, conformava-se com a deliberação, e de acordo com ela ia proceder, mandando dissolver as forças reunidas. E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se esta ata. Que vai assinada por todos depois de lida e aprovada. E eu, Cândido Tavares Bastos, servindo de secretário a escrevi e assino. - Dr. Cândido Dias de Borba, presidente do comitê. - Dr. Tertuliano Ambrosino da Silva Machado - Dr. Cândido Tavares Bastos - Dr. Nicanor de Souza Pe&ntilde;a - Dr. Saturnino E. de arruda - General João Nunes da Silva Tavares - Coronel José Maria Guerreiro Vitória - Coronel Ladislau Amaro da Silveira - Tenente-coronel Cândido Xavier de Azambuja - Tenente-coronel José Facundo da Silva Tavares - Tenente-coronel Domingos Ferreira Gonçalves - Coronel José Bonifácio da Silva Tavares - Coronel João Maria Epaminondas de Arruda, chefe do Estado-Maior - Coronel Joaquim Nunes Garcia - Tenente Coronel Leonardo José Colares - José Serafim de Castilhos - Major Alexandre José Colares - Lourenço da Silva Oliveira - Coronel Manoel Xavier".

O certo é que nem Joca Tavares entregou todas as armas, nem seus adversários moderaram os métodos. Muito antes pelo contrário, a perseguição aos vencidos continuou num crescendo, dentro da velha tradição da violência que marcava a política rio-grandense. Avolumou-se o número de exilados. O próprio Gaspar da Silveira Martins buscava abrigo em Montevideú.

Amigo de mesa farta e mulheres fáceis, o conselheiro sentir-se-ia muito bem na capital uruguaia, onde morreria, anos depois, nos braços de uma jovem atriz italiana. De Montevideú, durante a Revolução Federalista somente se afastaria uma vez, em dezembro de 1893, logo após o massacre do Rio Negro, para interceder pela vida do general Izidoro Fernandes. Esse afastamento culminaria com sua expulsão do território uruguaio.

Retrocedamos no tempo. Estamos em Cerro-Corá, fronteira do Paraguai com a Bolívia, em 1º de março de 1870. Acossado pelas forças brasileiras, comandadas pelo brigadeiro José Antônio Corrêa da Câmara, o mesmo Visconde de Pelotas que renunciaria ao governo do Estado em favor de Joca Tavares, no dia 17 de junho de 1892, o ditador paraguaio, marechal Francisco Solano Lopes,

acabou morto pela cavalaria comandada pelo general João Nunes da Silva Tavares.

O exército paraguaio estava reduzido a um punhado de homens mal-armados que resistiam estimulados pelo slogan "Vencer ou Morrer". Heitor Varela, contemporâneo dos acontecimentos, membro de uma família de políticos e intelectuais argentinos, em 1872, publicou o livro "Elisa Lynch", onde conta como foi o fim do ditador paraguaio.

O brigadeiro Corrêa da Câmara queria que Solano Lopes fosse capturado vivo. Cercado pelos lanceiros de João Nunes da Silva Tavares, não aceitou a ordem para render-se. Dentro do riacho Aquidaban-nigui resiste. Aos gritos de "Muero con mi patria y con mi espada em la mano!" chegou a partir de espada para cima de Corrêa da Câmara. É baleado no ventre com dois tiros de revólver desferidos pelo tenente Franklin Menna Machado ventre.

Solano Lopes cai do cavalo, mas continua resistindo. Procura subir no barrando do riacho Aquidaban-nigui. Diversos brasileiros tentam desarmá-lo, mas não larga a arma. O soldado gaúcho João Soares encosta uma clavina em suas espáduas e dá um tiro de misericórdia. Francisco Solano Lopes está morto.

Outras versões afirmam que antes de ser ferido mortalmente pelo soldado João Soares o marechal teria levado dois lançãos na virilha, desferidos pelo cabo de alcinha Chico Diabo. Os ferimentos foram profundos, tanto que por eles esguichavam sangue e urina, o que levaria, fatalmente, o ferido ao óbito.

Esse Chico Diabo, segundo a maioria dos historiadores era o camaquense José Francisco de Lacerda (1848-1893). De acordo com Nei Lopes, na "Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana", seria o baiano Francisco Fernandes de Souza (1843-1917). Já Marcelino Nunes, no artigo "Chico Diabo, vilão ou herói?", dá entender que era um mineiro Francisco Gomes Diniz, falecido pouco tempo depois da Guerra Contra o Paraguai, e que teria mudado o nome para José Francisco de Lacerda.

Depois da morte do marechal Solano Lopes, a soldadesca brasileira entregou-se à degola de prisioneiros, ao saque, ao vilipêndio de cadáveres e ao estupro de paraguaias.

Eis como Heitor Varela termina seu relato:

"Ali, naquele horrendo campo de batalha, que era o calvário de uma pátria heróica, foram degolados o vice-presidente da República do Paraguai, ancião de oitenta anos, o intrépido general Roa, e o coronel Aguiar. Até o menino José Félix Lopes, de onze anos, filho do marechal, não escapou à fúria sanguinária. As mulheres serviram de pasto à brutal lubricidade dos vencedores, que, por fim, puseram fogo no campo de batalha e macegas circunvizinhas, onde se carbonizaram os corpos de soldados paraguaios, mortos e feridos".

Qual o motivo para que tenentes, cabos e soldados tanto quisessem matar - e não aprisionar vivo - o ditador paraguaio? A recompensa de cem libras de ouro oferecida por Joca Tavares àquele que matasse Solano Lopes. Tanto que existem inúmeros documentos de contemporâneos, testemunhando que, imediatamente após ferir (se é que feriu) o marechal, Chico Diabo correu para o general, cobrando a recompensa. Contam que não recebeu as cem libras de ouro, mas cem vaquilhonas ("novilhas virgens").

Qualquer semelhança entre o massacre de Aquidaban-niqui e os massacres ocorridos durante a Revolução Federalista podem não ser mera coincidência. Afinal, à frente das tropas aparece o mesmo homem, o general José Nunes da Silva Tavares, o Joca Tavares.

## **009 Prestes Guimarães, um General à Espera de um Biógrafo**

Os editores da Revista Somando solicitaram que eu escreva sobre a vida de Antônio Ferreira Prestes Guimarães. É, seguramente, uma das personalidades mais importantes e menos conhecidas da história de Passo Fundo. Até hoje não teve um biógrafo à altura de sua importância. Quando esse descobridor de tesouros escondidos aparecer, vai revelar um dos personagens mais ricos da História do Rio Grande do Sul, enterrado pelos coronéis de macega republicanos, seus rábulas, cronistas e capangas passo-fundenses.

Antônio Ferreira Prestes Guimarães nasceu aqui, no dia 13 de junho de 1837, filho de José Prestes Guimarães e Maria do Nascimento Rocha. Sua mãe era filha do cabo Manoel José das Neves, primeiro morador branco a estabelecer-se na atual área urbana de Passo Fundo.

Até o momento não se conseguiu apurar onde realizou seus estudos. Foi professor e, aos 27 anos, abriu a primeira banca de advogado no Município, já secretariando o comando da Guarda Nacional e, no ano seguinte, 1865, era suplente de delegado de polícia. No período de 1870 a 1873 ocupou a segunda suplência de Juiz Municipal. Foi Juiz de Paz e secretário da Câmara Municipal de Passo Fundo, que presidiu entre 1883 e 1886, o que lhe dava a condição de prefeito. Exerceu o mandato de Deputado Estadual nas legislaturas de 1885, 1887 e 1889.

Foi o primeiro serrano a exercer o cargo de presidente da Província (governador do Estado) entre 25 de junho e 8 de julho de 1889. Major da Guarda Nacional, A Federação, órgão do Partido Republicano

Rio-Grandense, perseguiu-o diariamente durante o seu governo com sátiras atribuídas a Ramiro Barcellos, que se tornaria imortal com o poema Antônio Chimango, escrito sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, criticando o governo de Borges de Medeiros.

Sérgio da Costa Franco, em "Os Manuscritos de Prestes Guimarães", transcreve alguns desses "trioletes":

Major meu, do Passo Fundo,  
Acho arriscado o teu passo;  
Não é pra qualquer do mundo  
Ser delegado do paço.  
Precisa ter algum fundo  
Quem toma régua e compasso.  
Major meu, do Passo Fundo,  
Acho arriscado o teu passo.

O fundo passo que deu  
O major do Passo Fundo,  
Creio ser ele oriundo  
Dos paços do Conde D`Eu.  
Vai ser mesmo um jubileu  
De alegrar a todo mundo  
O fundo passo que deu

## O major do Passo Fundo.

Nas eleições de abril de 1891 concorreu à Assembléia Legislativa pela União Nacional. O sistema eleitoral da época fez com que somente os candidatos do Partido Republicano Rio-Grandense fossem eleitos. Em novembro desse ano liderou a ocupação militar de Passo Fundo, reunindo os caudilhos liberais passo-fundenses. E não parou mais em sua ação militar até o fim da Revolução de 1893, ocorrida em dezembro de 1895.

Depois da pacificação permaneceu algum tempo fora de Passo Fundo, retornando a sua terra natal assumindo seus trabalhos como advogado e militante político até seu falecimento, aos 74 anos, de idade, a 19 de setembro de 1911. Seus restos mortais repousam no Cemitério Municipal da Vila Vera Cruz.

Os dados biográficos de Prestes Guimarães escritos por Sérgio da Costa Franco, responsável pela publicação em letra de forma de *A REVOLUÇÃO FEDERALISTA EM CIMA DA SERRA* é a base para todas as biografias do "major do Passo Fundo". Muito pouco foi acrescentado à história pessoal do homem que liderou a Campanha Abolicionista em sua terra natal.

Um homem que chegou à presidência da Província representando uma região sem qualquer importância política, à época, deve ter sido um tipo especial. Gaspar da Silveira Martins e os liberais fronteiriços que comandavam a política sul-rio-grandense daqueles tempos não colocariam como 1º vice-presidente do Rio Grande qualquer um "major do Passo Fundo". E é exatamente isso que se constata numa rápida pesquisa sobre sua vida.

Como parlamentar enfrentou os políticos conservadores, mostrando um desassombro comprovado posteriormente no campo de batalha. Sirva de exemplo o debate travado com o deputado conservador Gervásio Lucas Annes, denunciando as arbitrariedades cometidas em Passo Fundo, no período em que o Partido Conservador assumiu o

governo. O debate com Gervásio Luccas Annes é um documento cabal do quanto era violenta a política em Passo Fundo, no século XIX, demonstrando que a violência era praticada por qualquer dos partidos que se achasse no poder .

A Revolução Federalista começou em Passo Fundo no mês de novembro de 1891 quando Antônio Ferreira Prestes Guimarães, à frente dos caudilhos serranos, ocupou a cidade pondo em fuga os republicanos. Com a definição da Fronteira como centro do movimento armado o comandante serrano para lá se dirigiu, sem desmobilizar seus liderados, que permaneceram à espera de ocasião melhor para recomeçarem as ações bélicas.

Quando Gomercindo Saraiva, acossado por forças uruguaias, invadiu o Rio Grande do Sul nos primeiros dias de fevereiro de 1893, Prestes Guimarães estava entre os exilados e como um dos principais comandantes militares.

A 13 de março de 1893 o general Joca Tavares, chefe militar maior dos insurretos, oficiava ao coronel David Martins, comandante da 1ª Divisão do Exército Revolucionário, para que "cientificasse as forças sob seu comando e aprovando sua indicação do Coronel Antônio Ferreira Prestes Guimarães para seu substituto no caso se agravassem os seus incômodos de saúde. E ao coronel Prestes Guimarães ordenando que lhe comunicasse logo que lhe fosse passado o comando da Divisão do Coronel David para ser ratificado o ato" . Logo adiante, nessa mesma obra, aparece o segundo manifesto federalista, agora com a assinatura dos principais comandantes, entre eles o coronel passo-fundense. A 17 de março Joca Tavares recebia correspondência em que Prestes Guimarães comunicava ter assumido o comando da 1ª Divisão. A 11 de abril o coronel serrano era cumprimentado pelo general Joca Tavares, que louvava "o seu ato de abnegação e patriotismo por ter passado o comando da 1ª Divisão ao Coronel Salgado e agradecendo em nome do Exército Libertador os serviços por ele prestados durante o tempo de seu comando". Confiava que fora dele, continuaria a prestá-los, pois eram de valor inestimável.

Entre os "serviços prestados" estavam a ocupação de Alegrete, a 19 de março, e as vitórias sobre a Brigada Santos Filho nos combates do Lajeado (26 de março) e da Jararaca, no dia seguinte, inclusive com a prisão do comandante legalista, algumas das mais importantes vitórias iniciais da Revolução.

Prestes Guimarães participou de outras operações militares na Fronteira, como a Batalha Campado Inhanduí (3 de maio de 1893) e liderou, um grupo de 100 maragatos armados em Palmas, estendendo a Revolução Federalista ao Oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. Ali agiu em combinação com diversos "coronéis" que se opunham ao governo de Floriano Peixoto e abrigavam os perseguidos da ditadura castilhistas.

Após um período de exílio na Argentina, a 14 de fevereiro de 1894, acompanhado de "alguns companheiros", Prestes Guimarães reingressou no território brasileiro. A 12 ou 13 de março, em Santo Ângelo, foi aclamado general pela brigada de Ubaldino Machado, coronel maragato de Palmeira das Missões, formando o Exército Libertador Serrano, com revolucionários de Palmeira das Missões, Passo Fundo e Soledade.

A 4 de abril chegou a Passo Fundo. No dia seguinte a cidade era invadida pela Divisão do Norte, comandada pelo general Francisco Rodrigues Lima, enquanto os maragatos seguiam na direção de Soledade. Reunidas as forças revolucionárias de Passo Fundo e Soledade, a 6 de junho, no Combate dos Três Passos, a Divisão do Norte, reforçada pela Brigada Santos Filho, acabou sendo atraída e desbaratada pela cavalaria serrana. Tiveram 150 mortos, um número desconhecido de feridos e perderam grande quantidade de armamento e munições.

Depois da derrota dos Três Passos os legalistas foram se entricheirar na Fazenda dos Mello, onde, a 27 de junho de 1894, travou-se a Batalha do Pulador, com 1.014 mortos. Prestes Guimarães comandou 800 cavaleiros do Exército Libertador Serrano, que não conseguiram operar com toda a eficiência devido às condições do terreno.

Dali seguiu com Gomercindo Saraiva em direção à Fronteira. Depois que o comandante Gomercindo foi morto em Carovi, a 10 de agosto, Prestes Guimarães resolveu ingressar em território argentino e a maioria dos seus comandados optou por voltar para Passo Fundo, Palmeira das Missões e Soledade.

Joca Tavares preserva um documento importante. É uma carta de Pedro Nunes da Silva Tavares, expedida de Rivera a 29 de junho de 1895, narrando a morte do almirante Saldanha da Gama no Combate de Campo Osório, a 24 daquele mês, e outra vitória de Prestes Guimarães sobre a Divisão do Norte, agora em pleno território argentino. "Dias antes do combate de 24 a que estou me referindo - conta Pedro - o Almirante recebeu do Coronel Prestes Guimarães a seguinte comunicação: Molina auxiliado pelas forças de Pinheiro Machado invadiram a capital de Corrientes, sitiando o palácio do governo, este escapou-se, digo, Presidente escapou-se e foi dar no acampamento de Prestes Guimarães, pedindo proteção. Reunindo-se a este e mais patriotas, voltaram a Capital e atacaram os revolucionários, derrotando-os completamente, aprisionando muitos oficiais da força de Pinheiro Machado e General Lima, tomando todo o armamento e munições, e um canhão de tiro rápido (...)"

A informação enriquece ainda mais a biografia de Prestes Guimarães ao falar sobre a invasão da Argentina por forças sob o comando de um senador brasileiro e a defesa do governo de Corrientes pelos exilados gaúchos, liderados pelo chefe do Exército Libertador Serrano. Reforça a importância, como comandante militar, do "major do Passo Fundo", como era tratado pejorativamente pelos castilhistas.

Não quero me alongar, nem há espaço neste periódico, na biografia de Antônio Ferreira Prestes Guimarães. O biógrafo que está a exigir, com toda a certeza, vai demonstrar que o general passo-fundense ombreia com Gomercindo Saraiva como um dos maiores comandantes maragatos da Revolução Federalista. Além de liderar forças na Serra e na Fronteira, comandou a luta no Oeste do Paraná e Santa Catarina e

garantiu a posse do governo da província argentina de Corrientes, derrotando uma invasão brasileira.

## **010 A Primeira Santa Popular Passo-fundense**

A Revolução Federalista foi um dos períodos mais violentos e traumáticos da história do Rio Grande do Sul, de maneira geral, e de Passo Fundo, em particular. Joaquim Thomaz dos Santos e Silva Filho, quando entrou na cidade, ao entardecer de 8 de fevereiro de 1894, após o Combate dos Valinhos, encontrou uma cidade arrasada, com as casas comerciais arrombadas e cadáveres pelas ruas. Segundo o historiador Antonino Xavier e Oliveira, que participou daquela revolução ao lado das forças republicanas, o saldo foi devastador: mais de duas mil vítimas, no município, e a economia aniquilada.

Como sempre, quem mais sofreu foram as mulheres, os velhos e as crianças, em especial, os mais pobres. Talvez porque as mulheres sejam contadas entre as maiores vítimas é que uma destas, Maria Meirelles Trindade, conhecida como Maria Pequena, tenha se transformado na primeira santa popular passo-fundense.

No dia 28 de novembro de 1894, um piquete de cavalaria maragatos procurou pelo marido de Maria Pequena, que integrava as forças pica-paus, na casa da família. Não encontrando ninguém, ficaram sabendo que Maria estava lavando roupas no Arroio Raquel, entre a atual rua Mato Grosso e a Rua 1º de Maio, na Vila Carmem.

O militar republicano, junto com o filho adolescente, havia procurado abrigo na casa de amigos na Coxilha dos Valinhos, esperando a melhor oportunidade para proteger-se num local mais seguro.

Maria Trindade foi dominada, e exigiam que confessasse onde se encontrava o marido. Afirmou que não o sabia. Recebeu uma punhalada para que confessasse. Continuou negando. Foi apunhalada mais uma vez. As negativas continuaram. Deram-lhe uma terceira punhalada. As negativas continuaram.

É possível que, nesse instante, a visão do esposo e do filho sendo degolados tenha passado pelos seus olhos. Parecia um pesadelo. Os algozes seguraram os seus cabelos lisos, que foram puxados para trás, deixando a garganta exposta. E a filha da índia Marcelina Coema sentiu a veloz ardência de uma faca, aparando as jugulares. Correu alguns metros e caiu de bruços - pois assim acontecia com todas as vítimas desse bárbaro martírio.

Os carrascos partiram. O corpo de Maria ficou, no gramado que margeava o Arroio Raquel. Mais um testemunho mudo da "revolução da degola". Generosas mãos ali sepultaram a mulher que morreu para proteger o marido e o filho.

Numa época em que a mortalidade infantil era muito elevada, aos poucos, ao lado da sepultura da degolada, que dera sua vida, também pela do filho, foram sendo sepultados "anjinhos", como eram chamadas as crianças falecidas antes dos sete anos.

E Maria adquiriu fama de santa. Passaram a atribuir-lhe milagres, a acenderem velas e a oferecerem flores em sua homenagem.

Na década de 1950 a cidade expandiu-se para além do Arroio Raquel. O Cemitério da Cruzinha, como era conhecido, foi extinto e as ossadas transferidas para o Cemitério Municipal da Vera Cruz. A imprensa da época registrou que os ossos de Maria Meirelles Trindade foram guardados na Catedral de Passo Fundo, à espera de que construíssem um mausoléu, no Cemitério da Vera Cruz. O mausoléu não saiu e as relíquias da "santinha" desapareceram.

No ano passado, após no "Seminário 111 anos da Batalha de Passo Fundo", fui abordado por uma senhora em busca de informações

sobre Maria Pequena. Informei-lhe o que sabia e perguntei o porquê do seu interesse. Disse-me que era bisneta de Maria Trindade e que seu velho pai tinha o sonho de descobrir onde se encontravam os restos mortais da avó. Recomendei-lhe que procurasse as autoridades religiosas responsáveis pela Catedral. Fê-lo e disseram nada saber sobre o caso.

O repórter policial que já fui entrou em ação. E acabei descobrindo com o incansável pesquisador Heleno Damian que este obtivera do ex-padre Jacó Stein a informação de que os ossos de Maria Pequena estavam depositados sob o antigo altar mor da Catedral de Passo Fundo. Jacó Stein, quando pároco daquele templo, sensibilizado com a urna guardando os ossos de Maria Trindade, mandara que, devidamente protegidos, fossem depositados debaixo do altar.

No dia 30 de novembro deste ano, ao lançar "Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo", como sempre o tenho feito, prestei uma homenagem às vítimas daquele sangüinário movimento armado. Ao autografar exemplar do livro para a professora Tânia Maria Trindade de Melo, pedi ao meu bom amigo Heleno Damian que dissesse à bisneta de Maria Meirelles Trindade, o local onde repousam os ossos de sua bisavó.

Emocionamo-nos todos os presentes. Pelo menos de uma das vítimas, transformada na primeira santa popular passo-fundense, nós sabemos onde seus restos mortais descansam.

Como tenho dito, a Revolução Federalista está muito mais presente em nossas vidas do que imagina a nossa vã filosofia.

## **011 A História da Caudilhagem Gaúcha é uma Sucessão de Roubos, Latrocínios, Estupros e Massacres**

No dia 28 de maio de 2008 foi lançado em Passo Fundo o livro "Os Olhos do General: Por que Firmino de Paula foi um dos homens mais temidos do seu tempo?", do historiador Rossano Viero Cavalari, santanense residente há vários anos em Cruz Alta. Na oportunidade, saudei o Autor com o discurso intitulado "Os Olhos do General e o Coração do Caudilho", que teve ampla repercussão, repercussão que aumentou ao ser divulgado pela internet.

Episódios históricos típicos do caudilhismo gaúcho, como a Batalha do Pulador, só podem ser entendidos criticamente. Toda e qualquer apologia à caudilhagem e seus métodos de ação deve ser evitada. A violência é uma das maiores preocupações da sociedade. E não se pode esquecer a lição de "A Marca da Violência", obra clássica de Fredric Wertham:

"Quando o ambiente tolera, aprova, propaga ou recompensa expressões violentas, o comportamento violento tende a manifestar-se com maior intensidade".

Sei que tenho um compromisso com o meu tempo, compromisso que só aumenta depois de longos anos de estudo da história rio-grandense-do-sul e brasileira, para maior ilustração de nossos leitores. Fiz-

me homem resistindo a toda e qualquer violência, o que me dá coragem suficiente para analisar em profundidade o caudilhismo gaúcho.

Alegra-me a vontade das editoras do Jornal Rotta em transcrever, na íntegra, aquele pronunciamento.

Ei-lo:

Os Olhos do General e o Coração do Caudilho

Publicado em 28/05/2008, o texto.

## **012 A Violência Contra a Mulher Durante a Revolução Federalista**

A Revolução Federalista, que ensangüentou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1893 e 1895, foi a mais violenta guerra civil ocorrida no século XIX no continente americano, segundo concluiu A. Bierce, norte-americano, que cobriu o conflito para um jornal de Nova York. O jornalista chegou a essa conclusão após conversar com Apolinário Porto Alegre, talvez o mais brilhante intelectual sul-riograndense do período, um dos mais antigos propagandistas da República e dos primeiros a romper com Júlio de Castilhos e os positivistas, que transformavam o governo do Estado numa ditadura.

Conforme conclusão desses dois publicistas, os comunicados oficiais levavam a uma estimativa, ainda hoje repetida pelos historiadores, de que o número total de mortos em combate andaria ao redor de dez a doze mil vítimas. Devido à falta de recursos médicos, para cada guerreiro que tombava no campo de luta o tétano, a gangrena e a infecção generalizada matavam outros dois, o que elevaria o cômputo para entre trinta mil e trinta e seis mil óbitos. E tem mais: acrescentando-se um percentual, também de acordo com as partes oficiais, de 20% sobre os mortos em ação, correspondente aos vitimados pela degola, o total de mortos, durante a Revolução Federalista poderia ultrapassar 38 mil pessoas. Esse número, percentualmente ao de habitantes, é que daria à "revolução da degola" o título de a mais mortífera revolução americana do século XIX.

Em todas as guerras, mormente as guerras civis, as mulheres, as crianças e os velhos são aqueles que mais sofrem, as maiores vítimas. Não seria diferente no Rio Grande do Sul, onde tropas irregulares de maragatos e pica-paus cometeram todo tipo de atrocidade, inclusive violentando mulheres e estuprando meninas, diante de pais, maridos e irmãos, amarrados em palanques e quatro estacas, como retratam testemunhos de então. A uns homens simplesmente espancavam a relho, enquanto eram obrigados a assistirem as mulheres de suas famílias serem abusadas; outros, logo a seguir, eram degolados e até castrados diante de esposas, filhas, noras e irmãs.

Notícias de que fatos desse tipo aconteceram em todas as partes do Estado estão ao alcance de todos os pesquisadores daquele período.

Em Porto Alegre havia duas mulheres para cada homem, quando, historicamente, a proporção entre habitantes de ambos os sexos é mais ou menos equivalente. Isso, conforme observadores da época, se deve a dois fatores: o engajamento de homens nas forças beligerantes ou sua fuga para o exterior ou lugares ermos. A miséria era generalizada, aumentando a prostituição feminina de todas as idades e, inclusive, de garotos que vestidos de meninas eram sodomizados por militares da Brigada Militar e dos corpos provisórios castilhistas.

Em Passo Fundo todas as famílias tinham homens participando das forças em luta. Até por isso, a situação não deveria ser diferente de outros municípios, tanto que, em certa época, apenas três homens foram encontrados na cidade, um deles o padre da paróquia. Os dois padres daquela época, simpáticos aos federalistas, deixaram fama de infidelidade aos votos de castidade. E esta teria sido a causa principal para que o "facinoroso" padre Manoel Thomaz de Souza Ramos fosse degolado por um piquete de provisórios, que o condizia preso a Cruz Alta, sob ordens de coronéis e capitães enciumados. O adultério era generalizado, tanto entre os homens quanto entre mulheres e, por extensão, muito grande o número de filhos de pais ignorados.

As mulheres, continuando uma tradição das revoluções americanas, a exemplo do que já acontecia entre os índios, seguiam as forças beligerantes. Logo depois do massacre do Rio Negro (28 de novembro de 1893) mulheres acompanhavam soldados federalistas guarnecendo o local. Cerca de 200 mulheres marchavam com o exército de Gomercindo Saraiva, na região serrana. Elas serviam como enfermeiras, participavam do carcheio (saque dos adversários mortos) e satisfaziam as necessidades sexuais dos combatentes. O aspecto físico denunciava as origens negra e indígena da maioria dessas mulheres. A julgar pelo relato que chegou até nós, muitas eram índias puras, entregues por suas famílias como "esposas" de soldados federalistas. Umas, simplesmente seguiam - a exemplo de Anita Garibaldi, que abandonou o marido - atrás de um guerreiro pelo qual se apaixonassem; outras, ainda, eram raptadas e levadas na "recluta" da montonera.

As notícias de estupros e assassinatos de mulheres em Passo Fundo estão documentadas. Os políticos republicanos locais, liderados pelo coronel Gervazio Luccas Annes, chegaram a contratar um grupo de mercenários correntinos que cometeu todo tipo de atrocidades no município. Esses mesmos políticos mantiveram uma "cadeia particular" encerrando os "elementos perigosos", inclusive mulheres. Levavam os prisioneiros para os "matos dos Valinhos", onde eram executados. Sirva de exemplo das violências cometidas contra a mulher o caso de uma dessas vítimas, já em adiantada gravidez, que identificando no líder dos "encapuzados" encarregados dos assassinatos o avô do filho, implorou pela vida da criança. O próprio bandido abriu o ventre da infeliz e reconhecendo pela cor dos cabelos, semelhanças entre a criança e pessoas de sua família, "mandou dar sepultura cristã", ao neto...

Talvez, por isso, a primeira santa popular passo-fundense, Maria Meirelles Trindade, conhecida pelo apelido de Maria Pequena, filha de índia caingangue e branco, tenha surgido nessa época.

O marido de Maria Pequena pertencia às forças governistas. No dia 28 de novembro de 1894 - exatamente um ano após o massacre do

Rio Negro -, um piquete maragato chegou à casa da família, à procura do militar republicano. Não encontraram ninguém. Souberam que Maria, como era costume da época, lavava roupas numa sanga das proximidades, o Arroio Raquel, entre as atuais ruas Mato Grosso e 1º de Maio, mais precisamente ao lado da rua Cel. Chicuta, na Vila Cármem. Maria foi dominada e questionada sobre o paradeiro do marido. Este, e um filho menor do casal, esconderam-se nos Valinhos. Disse que não sabia onde o esposo se encontrava. Levou um pontão de faca, e continuou negando. Esfaquearam-na, uma segunda vez. Manteve a negação. Mais uma facada, e outra negativa. Sentindo que nada arrancariam daquela mãe e esposa, degolaram-na ali mesmo. No próprio local do martírio foi sepultada por mãos caridosas.

Maria Pequena adquiriu fama de "santa". A população passou a fazer promessas, acender velas e o local se tornou um ponto de culto religioso. Edificaram um túmulo azul para ela. A moralidade infantil era alta. Os "anjinhos" foram sendo sepultados ao lado da mulher que morreu para proteger o marido e o filho.

Na década de 1950, para dar lugar à Vila Cármem, o cemitério foi demolido e os ossos de Maria Meirelles Trindade recolhidos à Catedral de Passo Fundo, à espera da construção de um mausoléu no Cemitério da Vera Cruz. Com a destruição do túmulo da "santa", os milagres mermaram até a extinção, que acompanhou o desaparecimento dos restos mortais de Maria Pequena. Segundo informações do ex-padre Jacó Stein aos historiadores Heleno Damian e Marco Antônio Damian, quando foi pároco da Catedral ordenou que depositassem os restos da degolada sob o antigo altar-mor daquela Igreja. Tornei pública essa descoberta durante o lançamento de meu livro "Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo" e através de publicações nos meios de comunicação social.

Dispensável notar que o culto a Maria Pequena representou uma forma de manter a memória das mulheres vítimas da Revolução Federalista, entre nós.

## **013 Revolução Federalista: uma guerra pelas tetas do Estado**

A maioria dos historiadores, com base nos "cálculos oficiais", afirma que a Revolução Federalista deixou um saldo entre 11 mil e 12 mil mortes, um terço das quais pela degola. Os jornalistas A. Birce (americano) e Apolinário Porto Alegre (gaúcho), contemporâneos e testemunhas dos acontecimentos, calculara que o número real de mortos três vezes superior ao oficialmente aceito. A Revolução Federalista foi a mais sangrenta do século XIX, nas Américas, superando a Guerra da Secessão, nos Estados Unidos.

Os historiadores apontam diversas causas (econômicas, políticas e sociais) para a eclosão do movimento revolucionário. A Revolução Farroupilha (1835/1845) também conheceu todo tipo de violência, inclusive o saque de Imaruí (Santa Catarina) e o massacre dos Porongos. Nunca atingiu o nível monstruoso de 93.

A violência marca a ocupação do Rio Grande do Sul, cujas fronteiras foram "traçadas a ponta de lança e pata de cavalo". As terras de campo foram apossadas pelos militares e milicianos, a custa de matança de índios, dando origem a uma espécie de elite militar. A educação de meninos e meninas, em casa, era com o rabo-de-tatu, e, na escola, com a palmatória.

Os raros empregos públicos eram para os filhos e genros doutores dos estancieiros e os apadrinhados políticos, mormente a capangagem e os historiadores áulicos. Quando um partido chegava ao governo demitiam

tantos quantos estivessem ligados ao governo anterior. Era o que os vencidos chamavam de "despotismo". Todos queriam chegar ao governo para empregarem os cupinchas.

A violência faz parte da cultura gaúcha. A música, a poesia, a pintura, tudo fala do cavalo, da faca, do bochincho e da mulher-objeto: a china carregada na garupa, a prenda, que sobra como presente ao final de uma peleia.

A política, no Rio Grande do Sul, sempre foi marcada pela violência física e moral contra os vencidos. Durante o II Império dois grupos lutavam pelo controle político da então Província: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Os liberais, durante a maior parte do tempo no poder, reprimiam violentamente os adversários. Estes, nos breves períodos em de domínio, davam o troco devido.

Quando da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os liberais, após breve período na oposição, estavam no governo. Os republicanos, que eram uma insignificante, mas barulhenta minoria, e também sofria perseguições dos liberais, foram engrossados pelos conservadores.

Para manterem-se no poder, os republicanos/conservadores precisavam "eliminar" os liberais - que mudaram o nome para Partido Federalista -, caso contrário, seriam eliminados por eles. A violência política adquiriu forma de luta militar, de guerra mesmo, o que foi muito fácil, pois a maioria das pessoas tinha armas de guerra em casa. Os rio-grandenses sempre foram "um povo em armas".

Entre 1889 e 1893 houve momentos de alternância no governo estadual entre republicanos/conservadores e liberais/federalistas. Quando um grupo estava no poder baixava a espada e metia bala no outro.

Ao retornarem ao governo em 17 de junho de 1892, derrubando o governo de João da Silva Tavares (Joca Tavares), um conservador que passara para o lado dos federalistas, os republicanos adotaram uma política de "eliminação" dos federalistas, para usar uma expressão do

próprio Júlio de Castilhos. Milhares deles exilaram-se. E dali, invadiram o Rio Grande para retomarem o governo pelas armas.

Daí por diante, o que se viu foi uma guerra de extermínio. Os republicanos, também conhecidos como castilhistas, pica-paus ou pés-chatos, não querendo largar as tetas cheias do Estado, e os federalistas, apodados de vira-bostas, maragatos ou gasparistas, querendo retomá-las a ferro e fogo.

O saldo final da Revolução Federalista foram dezenas de milhares de mortos e aleijados, a economia arrasada e ressentimentos que duram até hoje.

Nós não devemos nos orgulhar do que aconteceu naquele período. Devemos perdoar-nos uns aos outros, pelos crimes cometidos pelos nossos ancestrais; devemos estimular a união dos gaúchos em torno de objetivos de política e justiça social. Não devemos endeusar homens como Júlio de Castilhos, Gaspar da Silveira Martins e tantos outros. Se eles, pessoalmente, não cometeram assassinatos, massacres, roubos e estupros, também Hitler, Stalin, Pol-Pot, Franco, Pinochet e todos os outros déspotas, também não os cometeram pessoalmente.

As práticas adotadas ou protegidas pelos caudilhos rio-grandenses mereceram, desde há milhares de anos, a condenação de todas as leis sábias, do Código de Hamurabi ao Decálogo Bíblico. Seus crimes, portanto, são indesculpáveis.

Ao lembrarmos aquele período histórico devemos lembra os ensinamentos do autor do clássico *A Marca da Violência*, Fredric Wertham: "Quando o ambiente tolera, aprova, propaga ou recompensa expressões violentas, o comportamento violento tende a manifestar-se com maior intensidade". O exemplo das violências passadas, em sendo reproduzidas nos tempos presentes, sem o necessário senso crítico representa um grande perigo. "A violência não está na história, está no presente", como escreveu o mesmo Fredric Wertham.

## **014 Sertões de Canudos, Sertões de Passo Fundo**

A Almedoro Vencato, historiador

A Revolução Federalista na região de Passo Fundo é marcada pela presença de uma figura que acaba unindo o imaginário religioso local a outras regiões do país: o Monge João Maria, mais precisamente um dos homens conhecidos com esse nome.

Simpático aos federalistas, aparece nas páginas de "Voluntários do Martírio", a clássica obra de Angelo Dourado, onde o coronel-médico registra as passagens do Exército Libertador de Gomerindo Saraiva por esta parte do Estado. Encontramos referência a seguidores do anacoreta, ainda em "Revolução em Cima da Serra", escrita pelo general maragato Antônio Ferreira Prestes Guimarães, uma das figuras mais representativas daquele movimento insurrecional.

Prestes Guimarães narra a presença de beatas com a bandeira de João Maria, às vésperas do Combate dos Três Passos (6 de junho de 1894). Na oportunidade, um alferes teria se negado beijar a bandeira, alegando que se o fizesse correria o risco de entortar a boca e quebrar os dentes. Isto, coincidentemente, aconteceria no dia seguinte, ao ser ferido por uma bala republicana. Angelo Dourado conta o encontro havido entre as tropas revolucionárias e o monge, no interior de Soledade, poucos dias após a fatídica Batalha do Pulador (27 de junho de 1894). Causou-lhe admiração a maneira respeitosa como era tratado pelos soldados maragatos, máxime os guerrilheiros serranos.

Dois anos depois um outro beato, o cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, que passou à história como Antônio Conselheiro, entrincheirado no arraial de Canudos, em pleno sertão baiano, seria o centro de uma das maiores movimentações bélicas para debelar um "foco sedicioso" no Brasil. E lá, ao final da conflagração, estariam tropas da 3ª Região Militar (Exército), Brigada Militar e seus provisórios, experimentados na repressão ao movimento revolucionário federalista.

Destacam-se homens que tiveram o conceito militar aumentado na repressão aos liberais insurretos, como o general Arthur Oscar de Andrade Guimarães, que perseguiu a coluna de Gomercindo Saraiva até Passo Fundo, quando retornava do Paraná, desistindo de segui-la, já nas proximidades do Mato Castelhana, e o coronel Carlos Maria da Silva Telles, que suportou o prolongado Cerco de Bagé. Vê-se, ainda, a presença do coronel Thompson Flores, experiente na guerra travada nas serras gaúchas, e do tenente-coronel Antônio Tupy Ferreira Caldas, que lutou no Pulador. Os dois últimos deixariam o pelego em Canudos. Também aparece o capitão Chachá Pereira, que comandava o policiamento de Passo Fundo, quando o município foi ocupado pelas forças de Gomercindo em outubro de 1893. Chachá tombou em Canudos. Ao todo serão cinco batalhões gaúchos, que acompanharão os estertores da "Tróia de taipa". Entre estes o 30º massacrado pela cavalaria maragata nos Três Passos.

As três primeiras expedições enviadas para tomarem o reduto de Antônio Conselheiro demonstram à sociedade que nem o Exército Brasileiro, e muito menos as polícias militares, estavam preparados para uma guerra nas selvas. A situação começou a pender para os atacantes - é de inteira justiça reconhecê-lo - quando, na quarta expedição, entraram em ação as tropas gaúchas. Com elas foi a experiência recente de combate à Revolução Federalista e de enfrentamento com o Exército Libertador Serrano. Aqui, na região de Passo Fundo, Palmeira das Missões e Soledade as ações revolucionárias abriram e fecharam a

"Revolução da Degola". E a Campanha de Canudos, em seus estertores, foi marcada pela degola dos prisioneiros.

Euclides da Cunha assim narra em "Os Sertões", p. 542 (Record. Rio de Janeiro, 1998) a prática desse ato: "Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na prestes a facão. Um golpe único, entretanto pelo baixo ventre. Um destripamento rápido..."

Poucas linhas à frente conta que aos jagunços válidos, capazes de agüentar o peso da espingarda, aplicava-se a morte sumária. Era "Enlear ao pescoço da vítima uma tira de couro, num cabresto ou numa ponta de chiquerador; impeli-la por diante; atravessar entre as barracas, sem que ninguém se surpreendesse; e sem temer que se escapasse a presa porque ao mínimo sinal de resistência ou fuga um puxão para trás faria que o laço se antecipasse à faca e o estrangulamento à degola". E assim eram conduzidos ao local do martírio, num processo idêntico ao empregado pelo caudilho serrano Firmininho de Paula, pai, nos prisioneiros vitimados na "Degola do Boi Preto".

Era a suprema humilhação. Desmoralizavam a crença num dos dogmas semeados pelo Conselheiro, segundo o qual os mortos à arma branca estavam impedidos de receber a salvação eterna. Simples cuidado para que os jagunços não se expusessem a um combate corpo a corpo onde só teriam a perder.

A degola dos prisioneiros foi introduzida em Canudos pelos brigadianos e provisórios gaúchos, no que todos concordam. Acompanhava-lhe o mesmo sentido de humilhação.

"Mal acabou a guerra, surgiu um movimento para denunciar a crueldade do Exército. Centenas de conselheiristas, talvez mais de 1.000, tiveram o pescoço cortado. "É justo que se condenasse o crime. Mas não se pode esquecer que foi a opinião pública que exigiu esse tratamento a Conselheiro", diz Ferraz (o historiador Renato Ferraz, PM). Os ânimos estavam muito exaltados. E os canudenses também matavam seus prisioneiros." Só não os degolavam porque cortar o pescoço era um costume macabro dos gaúchos, que compunham a maior parte das Forças Armadas. Os sertanejos preferiam executar os soltados estripando-os: ou seja, metendo a peixeira na barriga. Como se vê, a história da índole pacífica do povo brasileiro é um mito". (BURGIEMANN, Denis Russo. "Nem fanático nem revolucionário". SUPERINTERESSANTE. Ano 14. Nº 2. Fev./ 2000, p. 41).

Na Serra, pica-paus e maragatos poucos prisioneiros faziam. Agradava-lhes a gravata colorada nos vencidos, de ambos os lados. Experiência de guerra na selva e degola foram as grandes contribuições dos legionários gaúchos à Campanha de Canudos.

Tanto isso é verdade que trouxeram de lá um hábito incomum na região serrana: o corte das orelhas de mortos por encomenda. E o aplicaram aqui, no enorme latifúndio chamado Fazenda Sarandi. Isso aconteceu no mandato de Nicolau de Araújo Vergueiro como intendente (prefeito) de Passo Fundo. Nicolau de Araújo Vergueiro, vendera a fazenda aos "castelhanos", em 1907.

Quando a área foi colonizada e os lotes vendidos a lavradores de origem italiana os antigos posseiros caboclos, receberam apoio dos "maragatos" de Palmeira das Missões.

Isabel Salvadori Signor, nascida em 1905, contou a seu sobrinho Pe. Claudino Magro, autor de "História de Nossa Parentela" (Santa Maria. Palotti, 2001, p. 183) a história dessa matança.

"De sua parte - é ainda tia Isabel que narra - o Capitão Magalhães, mandava os chimangos percorrer o interior, pelas estradas e pelos piques

e atalhos, nos matos, caçar os maragatos. Quando os pegassem matavam-nos, cortavam-lhes as orelhas e traziam-nas ao Capitão, para provar que os tinham fuzilado mesmo. Que barbaridade, não é, padre Claudino? Era a lei, dente por dente, olho por olho".

A seguir prossegue dizendo que "os soldados da brigada de Passo Fundo apanharam um piquete de maragatos, perto dum pinhal, entre Sarandi e Rondinha, fizeram-nos trepar nas árvores e, quando estavam à certa altura, os fuzilavam". Seria vingança por ato semelhante praticado por um piquete federalista, ao entardecer de 27 de junho de 1894, no Pulador?

O depoimento de Isabel Salvadori Signor comprova o que o pesquisador Almedoro Vencato já divulgara em 1988 e foi acolhido por Aldomar Arnaldo Rückert em "A Trajetória da Terra - Ocupação e Colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul - 1827-1931" (EDIUPF, 1997), p. 132: "Com o término da Revolução de 1923, através do acordo assinado em Pedras Altas, que dá base para a reformulação da Constituição Estadual, a companhia colonizadora passa a eliminar os ranchos dos camponeses caboclos com muita violência e alta mortandade. Nessas empreitadas, é costume levar à sede da companhia - em Sarandi - as orelhas dos caboclos assassinados, trabalho que é recompensado pelo número de pares de orelhas cortadas. Os posseiros sobreviventes passam a localizar-se, entre outros lugares, no lado esquerdo do rio da Várzea, no município de Palmeira das Missões, em terras que não estão sendo colonizadas (...)".

Esse massacre é detalhado por Almedoro Vencatto em seu livro SARANDI, UM RECANTO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (Gráfica e Editora A Região Ltda., Sarandi, RS, 1994), afirmando que, ao ser aberta a colonização que atraiu colonos descendentes de italianos e alemães "nestas promissoras paragens, já existiam posseiros que se haviam "intrusado" nas margens do rio da Várzea, na orla da floresta, no pastoreio de pequenos rebanhos de gado maior e gado menor, na caça e pesca, na extração da erva-mate e no cultivo de pequenas e incipientes

lavouras para subsistência própria (mandioca, batata, abóbora, milho, cana-de-açúcar, etc.). Estes elementos, precursores dos verdadeiros colonizadores, eram constituídos, na sua maioria, de lusos brancos, negros alforriados, índios remanescentes dos Sete Povos das Missões e uma miscigenação dos três tipos étnicos que levavam a alcunha de "caboclos". (Op. cit., p. 84).

Almedoro Vencatto, como advogado e político, manteve contato com as populações ao redor de Sarandi. Conheceu contemporâneos dos fatos narrados e estudou documentos para escrever seu livro, que é uma das grandes obras que dispomos sobre a história regional.

Os "caboclos" apoiaram a Revolução de 1923, pois se opunham ao governo de Borges de Medeiros e de seu líder regional, o intendente Nicolau de Araújo Vergueiro. Para garantir a "ordem" na região, os dirigentes do Partido Republicano Rio-Grandense reforçaram o aparato militar ali concentrado.

Vencatto conta que os caboclos "residentes à margem direita do rio da Várzea foram perseguidos e expulsos, indo localizar-se no outro lado (lado esquerdo), no município de Palmeira das Missões, onde as terras não estavam sendo colonizadas, enquanto outros se transferiam para o vizinho Estado". (Id., páginas 101 e 102).

Vencatto traz muitos detalhes sobre a Revolução de 23, em Sarandi, e sobre as perseguições posteriores.

Para nossa vergonha, um dos maiores apoiadores da matança de posseiros caboclos, na Fazenda Sarandi, o ex-intendente (prefeito) e deputado passo-fundense, Nicolau de Araújo Vergueiro, é nome de escola, responsável, inclusive, pela formação de professores.

Na Guerra do Contestado (1912-1916), em que foi morto o Monge José Maria, também dito por uns Monge João Maria ou São João Maria,

no culto popular, novamente os legionários gaúchos se fizeram presentes. Estabelecendo a "ordem" nesta vasta região hoje pertencente aos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Como podemos ver a importância da Revolução Federalista em Passo Fundo é muito maior do que se imagina. Aqui foi um laboratório para a repressão empreendida durante a Campanha de Canudos, a Guerra do Contestado, a Coluna Prestes, e até mesmo a Revolução de 32, mormente no Passo do Fão. E mais: veteranos da "Revolução da Degola" trouxeram práticas da jagunçada nordestina aplicadas na Fazenda Sarandi, logo depois da Revolução de 23.

## **016 A Tradição do Gaúcho Maula**

(Texto que serviu de base para discurso proferido, de improviso, no dia 15 de setembro de 2007, na abertura da Ronda Crioula do CTG Amigos da Tradição, no distrito de Bela Vista, município de Passo Fundo)

Patrão Adonis Félix Dal'Maso e Patroa Professora Vânia Lúcia Dal'Maso, em cujas pessoas saúdo todos os presentes:

Quero, de início, agradecer pela honraria que o Centro de Tradições Gaúchas Amigos da Tradição me conferiu ao convidar para ser o Orador Oficial desta solenidade. Dediquei a maior parte dos meus quase 52 anos de vida a estudar a história de Passo Fundo e do Rio Grande do Sul. É quase uma fixação. E aqui, nesta Bela Vista, volto no tempo, e imagino como seria o local onde estamos, há quatrocentos anos atrás, para ser mais preciso, em 15 de setembro de 1607. Com certeza, estaríamos em plena floresta. Pelos altos destas colinas, de vez em quando, passariam grupos de caingangues e tapes, à procura de caça, pinhões e outros frutos nativos.

Enquanto isso, lá para o Sul, na Campanha, na Pampa, charruas e minuanos, já mantinham relações e cruzavam-se com os brancos, originando, pela mestiçagem, os primeiros gaúchos. Estes, eram homens

rudes, analfabetos, como quase todos os nascidos em território americano daqueles tempos.

Por essa época, já cresciam, soltos pelos campos, cavalhadas e boiadas, crias de matrizes introduzidas há pouco mais de meio século. Dentro em breve, essas manadas somariam centenas de milhares de cabeças. Naturalmente, burros e éguas foram cruzando entre si, dando origem às primeiras mulas.

Pouco tempo depois, mouriscos e marranos - muçulmanos e judeus, perseguidos na Espanha e Portugal -, somavam-se a outros escorraçados pelos poderosos buscando refúgio nos cafundós da Pampa. Logo, passaram a estimular o aproveitamento econômico da gaderia e contribuir para a melhoria dos rebanhos.

Para carnear o gado selvagem, nada melhor do que os mestiços de índios pampeanos e brancos. Uns, em grupos, vagavam pelos campos, à época de gado gordo, aproveitando o couro, o sebo e o chifre; outros fizeram-se tropeiros e domadores, amansando e conduzindo tropas de mulas para as minas de Potosí, na Cordilheira dos Andes. Logo a seguir, pelo Litoral, as muladas chegavam ao Planalto Paulista e, dali, eram negociadas em Minas Gerais, para transportarem ouro em seus lombos.

Aqueles homens, então chamados de changadores e gaudérios, foram os primitivos gaúchos. Homens sem rei e sem lei, senhores de um código pessoal, baseado na força física do indivíduo, os registros históricos dizem que resolviam a menor questão a ponta de faca.

A riqueza da Pampa estimulou a disputa entre os interesses de Portugal, Espanha e, naturalmente, da Inglaterra. Os senhores da guerra entraram em ação. Coronéis e generais, "a serviço de suas majestades sereníssimas", à frente de milhares de soldados, invadiram a Pampa. Requisitaram, muitas vezes a maneador, os préstimos dos gaudérios que, aí, sim, passaram a ser chamados de gaúchos, com um sentido claramente ofensivo à dignidade de suas mães e avós nativas.

Com cartas régias, coronéis e generais começaram a cercar largos espaços da Pampa. Nos momentos de paz, voltando à faina antiga de courear gado selvagem, os gaúchos, que a exemplo dos seus avós índios não conheciam a propriedade privada, encontravam a reação daqueles que se adonaram dos pagos. E os gaúchos receberam outro epíteto infamante: "ladrões do campo". Ladrões do quê? Ladrões do gado que crescera à solta na terra livre que herdaram dos seus avós, quando os verdadeiros ladrões escondiam-se atrás de cartas régias?

Alguns desses homens livres dos campos, fizeram uso da lei que conheciam: a charqueadeira. Gaucho malo, definiu-os Domingo Faustino Sarmiento, em obra clássica. E Jayme Caetano Braun, em versos famosos, cantou-lhes sob o título de maula. Ao fim e ao cabo, lhes restou a única alternativa: submeterem-se à condição de empregados - peão - numa dessas estâncias. Melhoravam de situação quando, caindo nas graças do patrão - fosse este coronel ou general -, eram elevados à dignidade de posteiro. Aqueles que não se submeteram ao novo modo de vida foram caçados, como se fossem bestas feras, o que está retratado no mais famoso poema da literatura gauchesca, o Martin Fierro, de José Hernández. Um daqueles generais, que chegou à presidência da República Argentina, costumava afirmar que era preciso acabar com os gaúchos, pois só tinham uma coisa de humano, o sangue.

É exatamente com a consolidação da propriedade privada na Campanha que começa a imigração européia. Aí - e é difícil para os historiadores, herdeiros do racionalismo em suas duas formas mais radicais e siamesas: o positivismo enrustido e o marxismo vulgar, entenderem que aconteceu o que tantas vezes se vê ao longo da História - a vitória dos vencidos.

Os deserdados das campinas européias encontraram-se com os deserdados da Pampa. E os primeiros, que eram impedidos até de andar a cavalo, portar armas e caçar, entre tantas outras proibições, aqui se sentiram livres. Quando viram os despossuídos da Pampa montados, usando um "44" e dando tiros a torto e à direita, apressaram-se;

arranjaram pilchas; agaucharam-se. O mesmo aconteceu nas cidades americanas, que cresciam. Seus descamisados, também, agaucharam-se. A nascente classe média, embretada entre os cumes do capital e as profundezas do proletariado, agarrou-se ao paraíso perdido da Pampa "que ficou pra trás", de que nos fala uma canção bastante conhecida.

Assim, estavam dadas a premissas para que surgisse um grande movimento social, o tradicionalismo gaúcho e sua gigantesca institucionalização, dos quais o Centro de Tradições Gaúchas Amigos da Tradição é uma célula atuante. Várias foram as tentativas anteriores, desde o Grêmio Gaúcho, fundado por Cezimbra Jacques, no dia 22 de maio de 1898. Pode até ser mais do que mera coincidência o fato de que quase cinqüenta anos depois, a 5 de setembro de 1947, alguns jovens estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, ao recepcionarem, pilchados, os restos mortais de David Canabarro, o último comandante militar da República Rio-Grandense, tenham lançado as sementes do atual Movimento Tradicionalista Gaúcho. Movimento que, a exemplo de todos os seus congêneres nativistas, aqui e alhures, acabaria preso à teia de aranha da modernização conservadora.

Para concluir, senhores e senhoras, há sessenta anos, através do tradicionalismo gaúcho, os vencidos pelas cartas régias dos coronéis e generais, a serviço dos reis da Península Ibérica, venceram. Pode até considerar-se uma vitória de Pirro.

João Neves da Fontoura afirmou certa vez que "As fronteiras do Rio Grande foram traçadas a ponta de lança e pata de cavalo". Para isso contribuíram desentendes dos primitivos gaúchos e dos imigrantes europeus que aqui chegaram depois. Changadores, gaudérios e gaúchos foram os primeiros a regar o solo rio-grandense com o suor dos seus rostos. E a riqueza do Rio Grande, continua sendo feita pelos gaúchos de hoje, herdeiros do sangue dos primitivos gaúchos e dos imigrantes europeus, seja nesta Bela Vista ou em todas as outras vistas belas de nosso Estado.

Entretanto, não posso encerrar esta alocução sem recordar as palavras de um dos mais influentes pensadores de todos os tempos: "A tradição é uma força frenadora da história". Lembremo-nos, pois, nós, que nos consideramos herdeiros de tamanha ancestralidade, que os tempos mudaram. Se não mais cortamos as distâncias em lombo de cavalos e burros, continuamos iguais aos primitivos gaúchos: sentimos sede e fome, embretados por novas cartas régias.

Quem presta atenção às notícias diárias saberá o caminho que deve trilhar. Para ser verdadeiramente gaúcho e tradicionalista, honrando as mais caras tradições dos verdadeiros gaúchos que nos precederam, muitas vezes, é indispensável ser maula.

Muito Obrigado!

## **017 O General Grosso e Lord Acton**

(Discurso de Posse do Acadêmico Paulo Monteiro na Presidência da Academia Passo-Fundense de Letras, Pronunciado na Sessão Solene de 29 de Dezembro de 2007)

Concluído mais um ano acadêmico, e seguindo a práxis dos últimos anos, a Academia Passo-Fundense de Letras elegeu um novo presidente. Em tempos recentes, tivemos as constantes reeleições do confrade Antônio Augusto Meirelles Duarte. Fui seu vice-presidente nas duas últimas gestões. Dentro das mesmas normas sempre adotadas por meu antecessor em suas sucessivas reeleições, fui eleito pela maioria de votos dos membros presentes, sem ter participado do processo de votação, na reunião do último dia 15 de dezembro.

Faço minhas as palavras do acadêmico Marcos Vinícios Vilaça, ao tomar posse na presidência da Academia Brasileira de Letras: "Aqui ninguém se torna membro da Diretoria para ser do contra. Somos escolhidos para ser a favor, pois somos produto de consenso". A presença do meu nome nas duas chapas, sem que eu as tivesse articulado, é a prova de que sou "produto de consenso".

Sempre quis presidir a Academia Passo-Fundense de Letras por ser a favor de que ela continue crescendo e à vanguarda de todas as iniciativas culturais de nossa terra. Sonhei presidi-la para efetuar uma

reforma estatutária, adequando o Estatuto da Academia ao Código Civil; para informatizar a Academia, organizando e mantendo um site na Internet, divulgando a obra dos escritores passo-fundenses; para manter o programa Literatura Local, na TV Câmara; para manter e ampliar a tiragem da revista Água da Fonte e para manter o elevado nível de respeito e tolerância entre os acadêmicos.

Às vésperas de completar 70 anos de existência, a Academia Passo-Fundense de Letras precisa aprofundar as conquistas dos últimos anos. Urge adaptar-se às novas exigências históricas geradas pelas tecnologias recentes. Uma academia, porém, é uma instituição comunitária.

Neste recinto, onde ressoam gritos de comando caudilhesco e estampidos dos mosquetões que recordam os choques homicidas dos séculos pretéritos, entro como um estudioso daqueles tempos. Entro, porém, com o espírito do século XXI e a espiritualidade dos tempos bíblicos.

Precisamos de Estatuto atualizado e respeitado por todos. Lembro-me da resposta que o "general grosso" Honório Lemes deu ao marechal Setembrino de Carvalho, durante a assinatura do Tratado de Pedras Altas, que pacificou o Rio Grande. Era o término da Revolução de 23, iniciada aqui, neste município, quando este prédio, hoje ocupado pela Academia Passo-Fundense de Letras, serviu de trincheira durante o Cerco de Passo Fundo.

Diante da intransigência dos libertadores o representante do Exército bradou:

- Mas afinal, o que é que os senhores querem!?

De pronto, "O Leão do Caverá" levantou-se e, descansando a mão sobre o cabo do revólver, sentenciou:

- Nós queremos leis que governem os homens, e não homens que governem as leis!

Honório Lemes, que a si mesmo, conduzido preso, diante do duas vezes doutor general Flores da Cunha, autointitulou-se "general e índio grosso", na sua sabedoria de homem do povo, fazia ecoar nas coxilhas rio-grandenses, a passagem de uma carta de Lord Acton ao Bispo M. Creighton, em 1887: "E, lembre-se, quando se tem uma concentração de poder em poucas mãos, freqüentemente homens com mentalidade de gângsteres detêm o controle. A história provou isso. Todo o poder corrompe: o poder absoluto corrompe absolutamente".

Sei, com o grande liberal inglês, que "mentalidade de gângsteres" é uma coisa e "gângster" é outra muito diferente. O pior é que a "mentalidade de gângsteres", de que falava Lord Acton, o mais das vezes, acompanha uma personalidade patológica.

A frase de Honório Lemes tem norteado meu comportamento. Organizei e presidi a União das Associações de Moradores de Passo Fundo, sempre respeitando os preceitos estatutários, ouvindo a todos, dando autonomia para que meus companheiros de diretoria e demais associados agissem à busca do bem comum. Orgulho-me de que, uma década e meia após deixar a presidência daquela entidade, meu nome, a cada eleição, seja lembrado para retornar a dirigi-la.

Minha experiência nos diversos cargos de responsabilidade comunitária que exerci e minha intensa produção cultural, creio, que me credenciam a bem presidir a Academia Passo-Fundense de Letras.

Os assuntos internos da Academia Passo-Fundense de Letras sempre foram decididos aqui dentro. Os que daqui saíram descontentes consolidaram essa prática. Violá-la pelas esquinas, ainda mais sob o manto covarde do anonimato, é dar as costas a esta casa; é tornar-se indigno do título honroso de acadêmico.

Conto com a proteção de Deus e o apoio de meus confrades e confreriras para realizar meu sonho. E quero, acordado, sonhar junto convosco.

## **018 Poesia Gauchesca - um Gênero Escrito com Sangue**

"A letra da gauchesca parece ter sido escrita com sangue". Assim, Alejandra Josiowicz, pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, abre seu artigo *Letra y sangre en el Género Gauchesco. Carnaval y guerra patria* escritos en clave menor, facilmente encontrável na rede mundial de computadores. Alejandra, muito felizmente, resume conclusões a que se chega ao ler os formadores da poesia gauchesca, poetas argentinos e uruguaios do século XIX.

Entretanto, nem sempre foi assim. Desde 1771, com *El Lazarillo de los Ciegos Caminantes*, de Alonzo Carrió de la Vandra, sabe-se que os "cantores" ou "payadores" eram campeiros que tocavam muito mal toscas guitarras e cantavam, destoadamente, canções decoradas ou improvisadas, regularmente sobre temas amorosos.

Diga-se, a bem da verdade, que a poesia gauchesca surgiu em terras hoje pertencentes ao Uruguai e à Argentina. Ao Brasil chegaria cerca de um século depois, com o grupo do Paternon Literário, e se desenvolveria apenas no século XX, como contraponto gaúcho à "poesia sertaneja". Os gauchescos sul-rio-grandenses buscaram modelos nos poetas platinos, sendo, quase todos, epígonos dos seus mestres de fala espanhola.

A poesia que retrata a violência de guerras, revoluções e peleias é uma criação de homens cultos, a serviço das tropas coloniais e, logo a seguir, dos caudilhos crioulos; é uma criação de intelectuais urbanos, no estrito sentido da palavra intelectual. E tem até uma data inicial: 15 de

outubro de 1877. Exatamente nesse dia, aparece o primeiro poema conhecido que reproduz expressões tipicamente gauchescas e descreve a vida pampeana, escrito pelo padre Juan Baltasar Maziel, advogado e educador santafesino que fazia parte da conquista espanhola da Colônia do Santíssimo Sacramento por D. Pedro de Cevallos.

A violência permeia praticamente toda a poesia gauchesca desde os primeiros anos do século XIX. E, recentemente, adquire uma amplitude que não tem limites com as composições musicais. Até nosso muito mal interpretado Gaúcho de Passo Fundo (que "não dobra esquina quando vê o perigo" - e sua terrível cacofonia canina do "acuando") tipifica essa violência. Mas isso já é outro assunto...

Ricardo Rojas, autor de uma clássica *Historia de la Literatura Argentina*, assim descreve a consolidação da gauchesca e a substituição da temática lírica em assuntos belicosos:

"Essa transformação dos payadores líricos em rapsodos épicos se produziu depois de 1810. Antes da guerra com os portugueses (1776) e a guerra com os ingleses (1806) insinuaram o aparecimento da canção e do baile de tema político, porém a nova formação surgiu vigorosa depois da Revolução de Maio, adquiriu forma com Hidalgo (1810-1822), continuou com Ascasubi (1830-1860) e coroou-se com Henández (1870-1880)".

As lutas entre federais e unitários, que ensangüentaram as repúblicas platinas, no início do século XIX, marcam a afirmação do gênero gauchesco (no meu entendimento um subgênero, esteticamente falando). Batolomé Hidalgo (1788-1822), é considerado o consolidador do gênero. Influenciado pelos árcades, está muito próximo dos pré-românticos brasileiros, pela técnica literária. Combatente nas hostes unitárias, que defendiam o fortalecimento das capitais platinas contra os interesses federalistas dos caudilhos provinciais, sua poesia é uma poesia militante, social.

Eleutério Tiscornia divide sua obra poética em duas fases:

"Os dois momentos da produção de Hidalgo descobrem uma diferença radical: no dos Cielitos o poeta é até o fim realista, se move num ambiente de paixões candentes em luta aberta e sustenta um interesse pessoal; no dos Diálogos persegue um fim puramente ideal, está num ambiente plácido de contemplação e manifesta um belo interesse de arte, que dá à obra de arte seu valor duradouro".

Seu discípulo e continuador mais famoso é Hilário Ascasubi (1807-1875), também militar e unitário. Seus poemas, escritos ao calor dos acontecimentos armados em que se envolveu, foram publicados em folhas soltas, folhetos ou panfletos. Retrata a época, em versos como os de La Refalosa, em que conta as violências cometidas, reciprocamente, entre federais e unitários. O estaqueamento, a tortura a faca e até o coureamento para fazer tentos de pele humana, ali estão retratados. Esse tipo de violências encontraremos aqui mesmo, em Passo Fundo, durante a Revolução Federalista.

Ángel Rama, um dos mais lúcidos críticos literários sul-americanos, citando Carlos Alberto Leumann, lembra que a poesia gauchesca é uma criação eminentemente platina. Recorda que nas imensas planuras venezuelanas, também chamadas de pampas, vivem camponeses igualmente livres como os gaúchos, os cerreros, hábeis ginetes e não se desenvolveu uma literatura regionalista como a gauchesca. O mesmo já haviam reconhecido Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares, no prólogo a *Poesía Gauchesca*, o que lembrei em meu artigo da edição passada na Somando, edição de abril de 2008.

Ángel Rama escreve:

"As causas da literatura gauchesca, portanto, não devem ser buscadas nos assuntos que trata e menos ainda nas personagens que utiliza, mas nas operações literárias concretas cumpridas pelos escritores que a produziram. Isto implica em abandonar um desses ilusionismos que o verismo constrói com sutil artificialidade, de que estamos diante de criações espontâneas do povo cantor, e perguntarmo-nos quem foram os escritores desses poemas, porque e para quem os fizeram e que princípios os animavam. De outro modo, encarar esse conjunto como o que o substantivo o diz: uma literatura".

Os gauchescos, para empregar uma expressão consagrada por Ricardo Rojas, acabaram inventando um público: os não letrados. Decorados, numa época em que o analfabetismo era compensado por uma capacidade mnemônica mais desenvolvida, esses poemas escritos por homens urbanos e cultos, que se faziam, fiticiamente, se passarem por gaúchos eram apropriados pela massa inculta, como aconteceria mais tarde com o poema rio-grandense Antônio Chimango.

Ángel Rama recorda que Ricardo Rojas, após estudar a produção "unitária" e "federal" conclui que

"iguais são seu léxico, sua fala, sua paixão, seu metro e até as tintas selvagens que colorem sua fantasia". O crítico oriental salienta que o estudo da gauchesca é importante para mostrar a forma de apropriação da literatura por grupos ideológicos em luta e ilustra a preocupação estética em analisar as "relações entre arte e documento".

Já no século XX, com Leopoldo Lugones e seu clássico *El Payador*, de 1916, a gauchesca de marginalizada adquire foros de quase literatura oficial argentina e *El Gaucho Martín Fierro*, de José Hernández, é elevado à condição de épico, símbolo da argentinidade.

Os escritores urbanos que criaram a gauchesca imitavam a "língua dos gaúchos", pois queriam difundir as idéias dos seus partidos. O que chamavam de "língua dos gaúchos", na verdade, era o espanhol recheado de arcaísmos, termos de origem indígena e lusitanismos. Aquilo que alguns chamam de "dialeto rio-platense" (equivalente daquilo que nós, sul-rio-grandenses, dizemos "linguajar gauchesco") é uma invenção.

A gauchesca é uma excrescência histórica. Referindo-se à gauchesca argentina, e que com algumas restrições pode-se aplicar ao Rio Grande do Sul, assim escreveu Ángel Rama:

"Não se pode considerar extinta porquanto sua difusão é surpreendente entre vastas populações do campo e da cidade que a conservam no local mais íntimo, a memória; porém tão pouco pode ser considerada viva porque os exercícios que lhe vinculam têm um ar epigonal notório, o que pareceria indicar a incapacidade essencial da sociedade moderna para favorecer seu desenvolvimento. Seus escassos cultores devem remeter ao futuro sua realização fazendo dela uma solução utópica, vinculada ao utopismo das crenças sociais ou políticas que conduza. Não é uma concepção inteiramente ultrapassada, se recordarmos que um dos temas centrais da gauchesca é a injustiça".

Ángel Rama lembra ainda que criação individual e norma coletiva e histórica representam as duas forças que se lançam no procedimento de um estilo e que a segunda impôs-se até constituir-se num academicismo vazio. É aquilo que nós, em bom português, poderíamos chamar de maneirismo e que é assim descrito por Rosalba Campra no ensaio *En Busca del Gaucho Perdido*:

"Os críticos têm sublinhado a espantosa capacidade identificativa da literatura gauchesca, quer dizer, esse conjunto de textos que têm como

protagonista o gaúcho, e que para expressar-se se servem, em medida variável de suas particularidades lingüísticas, apesar de que tenham sido escritos por autores não gaúchos. Essa irradiação se fundamenta, a meu juízo, no efeito cumulativo das leituras das obras do gênero".

Noutras palavras, Rosalba Campra reconhece que os autores mais recentes vão reproduzindo padrões de linguagem - e do meio camponês - fundamentados em autores mais antigos. Assim, para escrever poesia gauchesca, basta ler - e principalmente ouvir - poesia gauchesca reproduzindo a vida fictícia de um tipo social extinto, o gaúcho, e seu linguajar, preservado pelos gauchescos.

A oralidade, reconhecem os estudiosos da gauchesca, é o elemento primordial da sua transmissão e preservação através de gerações urbanas. A recitação em associações tradicionalistas, concursos de declamação, rodeios crioulos, escolas e nos programas de rádio e televisão exercem um papel fundamental para a continuidade do gênero.

## **019 Os Gaúchos de Charles Darwin**

### Os Gaúchos de Charles Darwin

Charles Darwin foi um dos cientistas mais importantes de todos os tempos. Seu livro *A Origem das Espécies*, publicado em 1859, provocou verdadeira revolução no conhecimento e na visão do mundo. Não foi, porém, o primeiro. Antes dele, deu a lume outros que despertaram interesse e diversos estudos científicos.

Há alguns anos, sob o título de *Viagem de um Naturalista ao Redor do Mundo*, traduzido por J. Carvalho, a Abril Cultural pôs em circulação no Brasil um desses livros. Tive a oportunidade de relê-lo, aproveitando informações do grande naturalista em uma série de palestras que pronunciei em escolas da cidade, sobre as origens do gaúcho.

Durante boa parte de 1832 e 1833, Charles Darwin percorreu largos trechos do Uruguai e da Argentina (inclusive as Falklands ou Malvinas), onde encontrou o gaúcho. A parcela maior de suas notas é, como não poderia ser de outro modo, dedicada a observações fósseis e geológicas. Entretanto, as descrições que deixou sobre os gaúchos daquela época assumem particular valor, pelo observador especial que era.

### Juan Manuel Rosas

No Capítulo IV (páginas 21 a 26) registrou observações interessantes sobre o caudilho Juan Manuel Rosas. Como todos sabem,

Domingo Sarmiento, em seu importantíssimo *Facundo*, escrito poucos anos depois das notas de Charles Darwin, imortalizaria Rosas como o protótipo dos governantes "bárbaros" da Pampa.

Certa feita, Rosas fez encerrar numa mangueira uma tropa de cavalos xucros e quem, montado em pelo e sem cair, conseguisse trazer o animal de volta seria aclamado general. Pois ele próprio foi o único a fazê-lo. Costumava castigar os desobedientes com o estaqueamento, suplício que consistia em manter a vítima suspensa em quatro estacas, através de tiras de couro amarradas aos braços e pernas. Quando Darwin o encontrou, em julho de 1832, dizia-se que era "o proprietário de setenta e quatro léguas quadradas de terra, e de trezentas mil cabeças de gado". À época, estava à frente de uma expedição que dizimava os índios das margens do Rio Colorado.

Os gaúchos se embriagavam e brigavam, especialmente à faca. E um dos maiores prazeres era cortar o rosto do adversário, deixando o famoso *buenas-tardes*, como se diz ainda nos dias de hoje. Darwin conta que encontrou pessoas com o rosto deformado por esse costume bárbaro. Para coibí-lo, o caudilho proibiu o porte de facas aos domingos. Num desses dias o governador veio visitar o acampamento rosista. Para recebê-lo, o general saiu às pressas, portando sua charqueadeira. Advertido de que estava armado, pediu desculpas ao governador e "disse-lhe que tinha que ser metido a ferros, e que, enquanto não fosse solto, não tinha poderes nem mesmo dentro da sua própria casa. Passado, porém, pouco tempo, o administrador deixou-se seduzir pela idéia de abrir as algemas e soltá-lo. O prisioneiro, contudo, disse: "Infringiste as leis, e tens agora que tomar o meu lugar a ferros". Atos como este deliciam o íntimo dos gaúchos, que possuem todos, grandes noções sobre os sentimentos de igualdade e dignidade de cada um". (Op. cit., págs. 23 e 24).

Privado X Público

Essa "dignidade" era mesmo a "dignidade de cada um". Era uma ética pessoal, digamos assim. O caso das guerras aos índios é exemplar. Tanto nos antigos domínios da Espanha quanto nos de Portugal, essas guerras serviram para que militares acumulassem grandes áreas de terras, como é fartamente documentado. Os latifúndios, lá e aqui, se formaram dessa maneira. Assim foi com as dezenas de quadras de terras e as centenas de milhares de cabeças de gado de Rosas, quanto com a atual área urbana de Passo Fundo (do rio que lhe empresta o nome ao Pinheiro Torto), entregue ao cabo Manoel José das Neves porque foi ferido no combate do Passo das Galinhas, em 1827.

A exemplo do que ocorria, aqui, em Passo Fundo, em anos próximos daqueles em que Darwin esteve na América, e do que já acontecera neste continente em séculos anteriores, "índios mansos" eram empregados para combater os "índios selvagens". Tão hábeis rastreadores quanto violentos, os "índios mansos", que serviam às forças do caudilho mor, bebiam até ficar embriagados, enquanto "outros sorviam o sangue que jorrava do gado abatido para a sua ceia, e, como estivessem todos ébrios, vomitavam-no e cobriam-se de lama e sangue coagulado", conta Charles Darwin, à página 33. Essa descrição demonstra a ancestralidade da violência, que já continuava e continuaria, através de processo genético, em muitos caudilhos e caudilhetes, filhos ou netos da macega.

Além de beberem o sangue ainda quente da rês carneada, costume que se perpetua até hoje, os gaúchos de Charles Darwin tinham como um dos seus pratos prediletos, comer "feto de bezerro" e não desprezavam uma boa carne de puma, "onça-parda", segundo o Aurélio. O naturalista espantava-se com o fato de que a alimentação pampiana era uma dieta "exclusivamente animal", durante "meses a fio", notando e anotando, à página 36, "que consomem grandes porções de gordura, que é de natureza menos animalizada, e têm horror especial pela carne magra, como a da cutia (...)."

Dos índios, os gaúchos herdaram muito mais do que o sangue; receberam práticas, hábitos e instrumentos. Numa palavra: Cultura. Charles Darwin descreve uma espécie de torneio com lanças e boleadeiras, posto em prática por um grupo de soldados que lhe servia de escolta. Afirma que um homem a cavalo podia lançar boleadeiras até a 80 metros de distância, o que, é claro, se constituía, num pequeno canhão...

A ignorância era generalizada. A medicina campeira deixava Charles Darwin escandalizado. Os gaúchos, a começar por um deles que era "capitão", duvidavam que a Terra fosse redonda.

Em outra passagem (páginas 57 e 58) demonstra que o trabalho dos gaúchos era extremamente árduo. Por ter passado muito tempo sem andar a cavalo, Darwin sentia muitas dores no corpo. Um dos gaúchos, de nome Santiago, contou-lhe "que, depois de ter ficado em casa, doente, durante três meses, saindo a caçar gado bravio, sentiu tão doloridas as coxas, nos dois dias seguintes, que teve de acamar-se. Isso mostra que os gaúchos, conquanto não pareçam fazê-lo, exercem muita força muscular quando montam a cavalo. Deve ser muito extenuante a caça do gado selvagem, numa região tão difícil de passar como esta, por causa da natureza pantanosa do terreno", referindo-se ao trabalho dos gaúchos das Malvinas.

O futuro autor da Origem das espécies conta-nos duas experiências paradigmáticas. Entre 12 e 14 de setembro de 1833 foi hospedado num posto militar. Pensou em "gratificar" a hospedagem, que incluiu alimentação e fornecimento de cavalo. O guia desaconselhou-o, dizendo "que a única resposta que provavelmente teria é que "temos aqui carne para faltar os cães, e não íamos portanto negá-la a um cristão".

Alguns meses depois, já no Uruguai, deixaria em dois parágrafos contíguos, um retrato demolidor de qualquer afirmação sobre a existência de eticidade pública entre os homens.

Trancrevamo-los, das páginas 46 e 47:

" Polícia e justiça não são coisas que se digam eficientes. Se um pobre diabo cometer assassinio e for preso será encarcerado ou, mesmo, fuzilado. Se, entretanto, for rico e tiver amigos, poderá ter a certeza de que nenhuma consequência séria advirá. É curioso notar que invariavelmente a maioria dos habitantes respeitáveis auxilia um assassino a fugir. Parecem crer que o indivíduo peca, não contra o povo, mas contra o Estado. Nenhum viajante tem outra garantia senão a que lhe oferecem as armas que leva. E o hábito constante de se andar armado é o que mais impede a frequência dos roubos.

O caráter das classes altas e mais educadas participa, talvez, das boas qualidades do gaúcho, mas ressentem-se de muitos vícios de que este se acha isento. A sensualidade, a zombaria de todo sentimento religioso, e a corrupção mais grosseira estão longe de constituir raridade. Quase todo funcionário público é venal. O diretor dos correios vendia francos, do governo, falsificados. O governador e o primeiro-ministro tramavam abertamente o saque do Tesouro. Quase ninguém poderia esperar justiça em casos onde entrasse o ouro. Conheci um inglês que me contou que fora ao chefe da Polícia (tremia ao entrar na sala, pois ainda não conhecia a moda da terra) e lhe dissera: "Senhor, vim oferecer-lhe 200 dólares-papel (cerca de 5 esterlinos) para prender um indivíduo que me fraudou. Sei que isso é contra a lei, mas o meu advogado (e citou o nome) recomendou-me que fizesse o que estou fazendo". O chefe sorriu, agradeceu, e, antes que anoitecesse, o indigitado estava seguro no xadrez. Com tão absoluta falta de princípios em homens de posição, com o país tão cheio de oficiais mal pagos e turbulentos, o povo ainda espera que possa ser bem sucedida uma forma democrática de governo... "

O pior é que isso não é um privilégio do Prata de 1833. Parece que Charles Darwin descreve qualquer metrópole sul-americana, dos dias de hoje...

A grande maioria dos gaúchos era constituída por homens ignorantes, violentos e corruptos, segundo a descrição que nos deixou o consolidador do moderno evolucionismo. Sobre eles se destacavam uma casta de caudilhos, como Juan Manuel Rosas, consolidando o poder através daquilo que os economistas chamam de acumulação primitiva. A destruição dos povos indígenas, aproveitando as rivalidades tribais foi um dos métodos empregados para acumular capital. As guerras civis platinas, que encontram na Revolução Farroupilha e na Revolução Federalista, equivalentes em território brasileiro, representaram formas assumidas pela acumulação primitiva. Os saques a propriedades durante as revoluções rio-grandenses e as matanças praticadas de ambos os lados, sejam no Serro dos Porongos, em 14 de novembro de 1834, sejam em Rio Negro, a 28 de novembro de 1893, ou no Boi Preto, em 10 de abril de 1894, são formas privilegiadas assumidas por esse tipo de enriquecimento, isto é, acumulação de capital.





Projeto  
**Passo Fundo**  
Apoio à cultura

[Catálogo do Projeto Passo Fundo  
www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br)



# O Massacre de Porongos & Outras Histórias Gaúchas

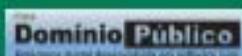
O Massacre de Porongos & Outras Histórias Gaúchas é livro de um humanista, e, a exemplo dos grandes humanistas, tem a coragem de emitir duras sentenças, como estas:

"Os caudilhos farroupilhas, que integravam uma sociedade secreta, aceitaram as condições impostas pelo Império. Para tanto, fizeram passar como tratado de paz uma convenção por eles inventada. Contribuíram para a morte de líderes que não concordavam com as imposições imperiais, como o coronel Joaquim Teixeira Nunes, e o isolamento de outros. Bento Gonçalves da Silva foi colocado à margem dos acontecimentos, e o general Antônio de Souza Neto exilou-se no Uruguai".

"A história da caudilhagem é uma sucessão imensurável de roubos, latrocínios, estupros e massacres. E é insustentável o argumento de que os caudilhos devem ser julgados segundo o ambiente em que viveram. Aceitá-lo seria negar que até mesmo leis ancestrais como o Código de Hamurabi ao Decálogo Bíblico, sempre reconheceram as práticas caudilhescas como crimes dos mais graves que alguém poderia cometer; aceitá-lo seria admitir a vontade de cada um como única e universal norma de Direito".

"Para nossa vergonha, um dos maiores apoiadores da matança de posseiros caboclos, na Fazenda Sarandi, o ex-intendente (prefeito) e deputado passo-fundense, Nicolau de Araújo Vergueiro, é nome de escola, responsável, inclusive, pela formação de professores".

"Em seu maior número, as páginas de nossas revoluções, como de todas as revoluções pampianas, foram escritas com sangue e vergonha. E as páginas que a História reserva para os matadores em série e outros degenerados são o melhor lugar para alguns semideuses gaúchos".



Apoio:



Projeto  
**Passo Fundo**

